

CONCORRÊNCIA PÚBLICA DE REGISTRO DE PREÇOS nº 03/2015

(Processo nº 191.141/15)

“Aquisição de Medicamentos”.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE VACARIA**, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 8.666 de 21/06/93, e suas alterações, Decreto Municipal nº 169/2011 e Lei Complementar nº 123/06 de 14/12/06 e suas alterações posteriores, torna público, para conhecimento dos interessados que se encontra aberta, licitação, sob a modalidade de **"CONCORRÊNCIA PÚBLICA"**, tipo menor preço por item, para **REGISTRO DE PREÇOS** unitários para fornecimento de medicamentos, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Vacaria/RS.

Os envelopes contendo a documentação e propostas, conforme itens 4.1 e 4.2 do edital, serão recebidos até o dia **08/05/2015**, às **09h** no setor de Licitações, na Prefeitura Municipal de Vacaria, sito à rua Ramiro Barcelos, 915, Centro, em Vacaria/RS. Nesta data e horário, será iniciada a sessão de abertura dos envelopes, pela Comissão de Licitações nomeada pela Portaria nº 06/2015, contendo os documentos da fase de habilitação, com observância do item 14.3 deste edital. Para todas as referências de tempo será considerado o horário de Brasília-DF.

Esse edital é aberto a todas as formas societárias, tendo em vista que os itens abaixo restaram desertos/frustrados na Concorrência Pública de Registro de Preços nº 01/2015. Desta forma, devido a premência dos medicamentos, em que o atraso/falta pode ocasionar casos de emergência, calamidade pública e caracterizar urgência no atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo para a saúde e vida da população, não se faz vantajoso correr riscos de itens frustrados/desertos com o uso de outra exclusividade, de acordo com o Artigo 49, inciso III, da Lei Complementar 123/06, podendo acarretar prejuízos.

1 - OBJETO E SUAS ESPECIFICAÇÕES:

1.1 - A presente licitação tem por finalidade o **REGISTRO DE PREÇOS** unitários para o fornecimento de medicamentos, conforme descrição mínima do objeto ANEXO I (objeto/ modelo de confecção da proposta) para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Vacaria/RS.

1.1.1 – A presente licitação destina-se à escolha da melhor proposta de preço unitário dos bens especificados no Anexo I deste edital, para constarem em registro de preços, a serem fornecidas em quantidade compreendida entre aquelas informadas como mínimas e máximas, quando deles o Município tiver necessidade. Desta forma, o presente registro de preços não importa em obrigação de adquirir os bens e/ou serviços, podendo o Município, se desejar e mostrar-se viável, realizar licitação específica para aquisição do objeto.

1.1.2 – As quantidades e o prazo de entrega dos bens que vierem a ser adquiridos serão definidos na respectiva Nota de Empenho (ou instrumento equivalente), na sua vigência, desde que tenha ocorrido a contratação dentro do prazo de validade do registro de preço correspondente – a um ano da data de publicação da ata final.

1.2 – ATENÇÃO, OBSERVAÇÕES QUE DEVEM SER SEGUIDAS COM RIGOR, SOB PENA DE APLICAÇÃO DE PENALIDADE, SUBSTITUIÇÃO E/OU DESCLASSIFICAÇÃO:

1.2.1 - Documentação Fiscal – Os medicamentos devem ser entregues acompanhados da documentação fiscal, em duas vias, com especificação da quantidade por lotes entregues em cada medicamento, número dos itens no edital e número do empenho, e os preços devem estar descritos especificando o valor unitário e total;

1.2.2 - Quantidades – Os medicamentos devem ser entregues nas quantidades requeridas e apresentação em unidades individualizadas (para que possam ser fracionados);

1.2.3 - Preços – Os valores dos medicamentos (unitário e total), número dos itens no edital e número do empenho, devem estar descritos na nota fiscal;

1.2.4 - Transporte – Os medicamentos somente serão recebidos por transportadora autorizada. Os medicamentos termolábeis devem ser acondicionados em caixas térmicas (isopor ou equivalente) com controle de temperatura;

1.2.5 - Informações sobre os Produtos – Poderá ser solicitado ao fornecedor, pela Comissão de Licitações ou Comissão de Saúde/Responsável pela Farmácia, informações adicionais necessárias, como laudos técnicos de análises dos produtos, amostras do medicamento e outras, a qualquer tempo, com finalidade de dirimir dúvidas quanto a qualidade/conteúdo e instruir as decisões relativas ao julgamento;

1.2.6 – Os medicamentos devem ser ordenados, preferencialmente, pela classe farmacológica;

1.2.7 – Embalagens: O medicamento deverá ser entregue na embalagem original, em perfeito estado, sem sinais de violação, sem aderência ao produto, umidade, sem inadequação de conteúdo, identificadas, nas condições de temperatura exigida em rótulo, e com o número do registro emitido pela ANVISA/Ministério da Saúde. De acordo com a Portaria nº 2814/GM, de 29 de maio de 1998 e suas alterações supervenientes, os produtos a serem fornecidos pelas empresas vencedoras das licitações, devem apresentar em suas embalagens a expressão: PROIBIDA A VENDA NO COMÉRCIO; As embalagens, também deverão obrigatoriamente conter código de barras, **e a validade dos medicamentos não poderá ser inferior a um ano e seis meses** após a entrega dos mesmos, sob pena de desclassificação e aplicação das sanções do edital, vide item 15.

1.2.8 - Os produtos sujeitos ao regime de vigilância Sanitária, salvo disposição legal em contrário, deverão ter o registro, notificação ou apresentação da declaração de dispensa, sob pena de serem desclassificados. Ficará a cargo do proponente provar que o produto objeto da licitação não está sujeito ao regime de vigilância sanitária, isentando da apresentação do registro ou certificado de dispensa.

1.2.9 - Quando da entrega dos medicamentos, as empresas vencedoras do certame, deverão apresentar Certificado de Boas Práticas de fabricação e Controle (CBPF e C), da empresa detentora do registro de produtos. A empresa que entregar somente os medicamentos sem a documentação exigida será penalizada conforme sanções do item 15 do edital.

1.2.10 - Prazo de Entrega – Os medicamentos devem ser entregues de acordo com o prazo estabelecido no edital. Não serão aceitos atrasos injustificados, sob pena de multa, vide item 15.2.

1.2.11 - Na entrega dos medicamentos, deverá haver comprovação da identidade e qualidade de cada lote, mediante laudo analítico-laboratorial, expedido pela empresa produtora, titular do registro no Ministério da Saúde ou laboratório integrante da Rede Brasileira de laboratórios Analítico-Certificadores em Saúde, devendo atender os termos da Portaria nº 2814/98 ANVISA.

1.2.12 - Os produtos que são registrados deverão possuir impresso em seu rótulo o número do registro emitido pela ANVISA. Os equipamentos para saúde devem conter na parte externa do corpo do equipamento, de forma indelével e em local visível, o número de registro emitido pela ANVISA.

1.2.13 - Os produtos notificados deverão conter impresso em seu rótulo os dizeres: Cosméticos e produtos de higiene pessoal: “Resolução ANVS nº 335/99” e o nº da AFE emitida pela ANVISA; Saneantes e Domissanitários: “Produto Notificado na ANVISA/MS”.

1.2.14 - Os produtos médicos dispensados de registro deverão constar em sua embalagem os dizeres: “Declarado Isento de Registro pelo Ministério da Saúde”. Na embalagem dos genéricos deverá estar escrito “medicamento genérico” dentro de uma tarja amarela, devendo constar impresso “Lei nº 9.787/99”.

1.2.15 – Rotulagens e bulas – Todos os medicamentos, nacionais ou importados, devem ter constados, nos rótulos e bulas, todas as informações em língua portuguesa, ou seja, número de lote, data de fabricação e validade, nome do responsável técnico, número do registro, nome genérico e concentração de acordo com a legislação Sanitária e nos termos do artigo 31 do Código de Defesa do Consumidor, dentre outros;

1.2.16 – Responsável técnico – as embalagens devem apresentar o nome do farmacêutico responsável pela fabricação do produto, com o respectivo número do Conselho Regional de Farmácia (CRF). O registro do profissional deve ser, obrigatoriamente, da unidade federada onde a fábrica está instalada;

1.2.17 – Se o medicamento constar da relação da Portaria nº 344, a empresa deverá apresentar autorização especial de funcionamento, emitida pela ANVISA; Obrigatoriamente, sob pena de desclassificação, as empresas que cotarem os seguintes itens, deverão apresentar AFE especial na habilitação: Vide itens 04, 05, 07, 11, 25, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 48, 66, 73, 74, 76, 77, 82, 103, 104, 110, 111, 112, 122, 131, 132, 137, 138, 139, 143, 145, 148, 150, 159, 164, 177, 179, 180, 181, 183, 184, 198, 199, 207, 209, 212, 213, 214, 220, 226, 227, 233, 234, 242, 243, 253, 257, 261, 264, 265, 266, 267, do objeto do edital;

1.2.18 – Laudo de Análise de controle de qualidade – os fornecedores (fabricantes, distribuidores ou empresas importadoras) deverão apresentar o laudo técnico de análise dos medicamentos, emitidos pelo fabricante/detentor do registro e/ou laboratório integrante da Rede Brasileira de Laboratórios Analíticos em Saúde (Reblas), devendo atender os termos da Portaria nº 2814/GM, de 29 de maio de 1998. A apresentação do laudo deve ser entregue juntamente com a nota fiscal e os medicamentos. A empresa que entregar somente os medicamentos sem a documentação exigida, sofrerá as penalidades impostas neste edital pelo descumprimento de obrigação assumida.

1.2.19 – A contratada deverá, obrigatoriamente, fornecer um **número de Fax ou endereço de e-mail** para receber as comunicações oficiais, onde deverão constar na parte externa dos envelopes da documentação e das propostas, obrigando-se em manter, ao menos, um dos meios de comunicação operantes, sob sua inteira responsabilidade;

1.2.20 - A entrega dos objetos, desta licitação poderá não se dar em um único local, devendo as mesmas serem entregues, caso solicitado, SEPARADAMENTE (por sacolas ou caixas), no seu devido setor/departamento/secretaria. Caso as licitantes optem pela entrega através de correio ou transportadora, deverão orientá-los quanto à forma de entrega. O desrespeito a esta cláusula ocasionará o não recebimento dos produtos, para adequação e aplicação de multa, conforme item **15.2.1** deste edital;

Obs. Todas as entregas se darão dentro do perímetro urbano do Município em no máximo três quilômetros da sede administrativa, quando não for na própria, não refletindo, desta forma, em custo adicional aos produtos (vide itens 3.2 e 4.5).

1.2.21 – O descumprimento das cláusulas estabelecidas neste edital acarretará, desclassificação/inabilitação da licitante independente das sanções dispostas no item 15.

1.2.22 – Observar planilha, passos para confeccionar as propostas.

2- CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO:

Serão admitidas à licitação as Empresas que apresentarem os documentos comprobatórios de habilitação jurídica, fiscal e trabalhista, econômico-financeira e técnica, de acordo com as normas da **Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e Lei Complementar nº 123/06 e suas alterações**, a saber:

HABILITAÇÃO JURÍDICA

2.1 – Registro comercial, Ato constitutivo, Estatuto, Contrato Social e suas alterações, em vigor, devidamente registrados na forma da lei. Em tratando de Sociedades Comerciais, acompanhado, no caso de sociedades por Ações, de documento de eleição de seus atuais administradores; Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício; ou Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

2.1.1 – A licitante poderá apresentar a versão consolidada do documento solicitado no item 2.1, devendo vir acompanhado de todas as alterações posteriores. O ramo de atividade deve ser pertinente ao objeto do edital;

2.2 - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), com situação cadastral ativa;

2.3 – Declaração, na qualidade de licitante do procedimento licitatório sob a modalidade de Concorrência Pública de Registro de Preços nº 03/2015, em cumprimento ao inciso XXXIII, do artigo 7º da CF/88 combinado ao inciso V do artigo 27 da Lei 8.666/93, de que não possui no quadro funcional pessoas menores de 18 anos (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e, de menores de 16 anos (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos;

2.4 – Declaração, na qualidade de licitante do procedimento licitatório, sob a modalidade de Concorrência Pública de Registro de Preços nº 03/2015, que não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas;

Observação: As declarações solicitadas nos subitens 2.3 e 2.4, deverão estar assinadas por representante legal (vide item 2.19), ou por procurador com poderes específicos para tal. Poderão ser apresentadas em uma única declaração.

HABILITAÇÃO FISCAL E TRABALHISTA

2.5 - Prova de regularidade com a Fazenda Federal (Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União;

Observação quanto ao INSS: Até 02 de novembro de 2014, a prova regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional era feita por meio da Certidão Específica, relativa às contribuições previdenciárias, inscritas ou não em Dívida Ativa da União - DAU, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e da Certidão Conjunta PGFN/RFB, relativa aos demais tributos administrados pela RFB e inscrições em DAU administradas pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), emitida conjuntamente pela RFB e PGFN. O contribuinte que possuir a Certidão Específica Previdenciária e a Certidão Conjunta PGFN/RFB, dentro do período de validade nelas indicados, poderá apresentá-las conjuntamente. Entretanto, se tiver apenas uma das certidões ainda no prazo de validade, terá que emitir a certidão que entrou em vigência em 03 de novembro de 2014 e abrange todos os créditos tributários federais administrados pela RFB e PGFN. <http://www.receita.fazenda.gov.br/GuiaContribuinte/CN.htm>

2.6 - Prova de regularidade com a Fazenda Estadual;

2.7 - Prova de regularidade com a Fazenda Municipal;

Observação: As certidões deverão abranger a situação da licitante em relação a totalidade dos tributos (mobiliários e imobiliários);

2.8 - Prova de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

2.9 – A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte e demais empresas beneficiadas pela LC 123/06 e suas alterações - 2.5 ao 2.8 - somente será exigida para efeito de assinatura do contrato.

2.9.1 – As beneficiadas pela LC 123/06, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal (envelope nº 01 de habilitação), mesmo que esta apresente alguma restrição.

2.9.2 – Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, com efeito, de certidão negativa.

2.9.3 – A não-regularização da documentação, no prazo previsto no item 2.3.8, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e deste edital, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

2.10 - Prova de regularidade trabalhista, de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);

HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

2.11 - Certidão Negativa de Falência ou Concordata, expedida pelo distribuidor da Sede da pessoa jurídica ou de filial, com data de emissão de no máximo 60 (sessenta) dias anteriores à data da abertura do edital;

2.12 - Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, impresso e assinado por contador responsável, já exigível e apresentado na forma da Lei, para comprovação da boa situação da empresa, com termo de abertura e encerramento devidamente registrados na forma da lei, no local, por lei, pertinente (Junta Comercial, etc.) através de:

a) carimbo; ou

b) prova de que a autenticação pela Junta Comercial foi realizada pelo Sistema Público de Autenticação digital (SPED) – Termo de Autenticação.

Observação: É vedada substituição do balanço por balancete ou balanço provisório, podendo aquele ser atualizado por índices oficiais quando encerrado há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta.

Ila - A comprovação da boa situação financeira far-se-á com base nos indicadores a seguir relacionados;

$$LC = \frac{AC}{PC} \text{ igual ou superior a } \underline{0,8}$$

$$LG = \frac{AC + ARLP}{PC + PELP} \text{ igual ou superior a } \underline{0,8}$$

$$SG = \frac{AR}{AR} \text{ igual ou superior a } \underline{1,2}$$

Legenda:

LC = Liquidez Corrente

AC = Ativo Circulante

PC = Passivo Circulante

LG = Liquidez Geral

ARLP = Ativo Realizável a Longo Prazo

PELP = Passivo Exigível a Longo Prazo

SG = Solvência Geral

AR = Ativo Real

Composição do Ativo Real - Ativo Total diminuído dos valores de duplicatas descontadas, despesas do exercício seguinte, empréstimo a coligadas/sócios/acionistas/diretores e Ativo Diferido.

Classificação final das empresas - As licitantes que apresentarem, no mínimo, dois dos três indicadores, iguais ou superiores aos estabelecidos neste item, obterão a classificação econômico-financeira, as demais serão inabilitadas.

Tendo em vista o que consta da Instrução Normativa da Receita Federal Brasileira nº 787/07, o SICAF (Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores) foi alterado, no sentido de permitir que o Balanço Patrimonial do exercício 2008, referente ao ano-calendário de 2007, fosse considerado válido até 30 de junho de 2010, e o **Balanço de 2013**, ano-calendário de 2012, seja considerado válido até 30 de junho de 2015, e assim sucessivamente, independente do tipo de constituição da pessoa jurídica, tudo como forma de garantir a isonomia entre os participantes de licitações e as contratações da Administração Pública Federal. Esse procedimento, que foi adotado por alguns Estados da Federação, nos parece correto e será adotado também neste certame, decorrentes das modificações realizadas pela Instrução Normativa nº 787/07, da Receita Federal.

Justificativa dos índices adotados:

LC – Liquidez Corrente: Calculada a partir da razão entre os direitos a curto prazo da empresa (Caixas, bancos, estoques, clientes) e as dívidas a curto prazo (Empréstimos, financiamentos, impostos, fornecedores). No Balanço estas informações são evidenciadas respectivamente como Ativo Circulante e Passivo Circulante. A partir do resultado obtido podendo fazer a seguinte análise: Resultado da Liquidez Corrente: Maior que 0,8: Resultado que demonstra folga no disponível para uma possível liquidação das obrigações; Se igual a 0,8: Os valores dos direitos e obrigações a curto prazo são equivalentes; Se menor que 0,8: Não há disponibilidade suficiente para quitar as obrigações a curto prazo, caso fosse preciso.

LG - Liquidez Geral: Este índice leva em consideração a situação a longo prazo da empresa, incluindo no cálculo os direitos e obrigações a longo prazo. Estes valores também são obtidos no balanço patrimonial.

SG – Solvência Geral: Este índice mostra a capacidade de pagamento da empresa tomando como base o seu ativo total, “quanto maior melhor”.

2.13 - Os licitantes que desejam usufruir dos benefícios da Lei Complementar nº 123/06 e suas alterações, no que tange a licitações, deverão enviar **declaração, assinada por contador, afirmando expressamente que é Micro Empresa/Empresa de Pequeno Porte ou demais beneficiados, e que não se enquadra em nenhum dos impedimentos previstos no §4º do Artigo 3º da referida Lei.**

Observação: Quando a licitação for exclusiva aos beneficiários da LC 123/06, esta declaração será obrigatória para participar. Em qualquer caso, a falta da apresentação da declaração implicará em renúncia aos benefícios. As declarações falsas estarão sujeitas as penalidades da lei de licitações previstas neste edital, não excluindo as sanções da legislação penal como o crime de falsidade ideológica.

HABILITAÇÃO TÉCNICA

2.14 - Atestado comprobatório de aptidão para fornecimento de bens compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto licitado, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado;

2.15 – As licitantes deverão apresentar em seu nome, regulares e válidos, a Autorização de Funcionamento da Empresa (AFE), e, se for o caso, Autorização Especial de Funcionamento da Empresa (AFE especial), e, ainda também, se for o caso, Autorização de Funcionamento da Empresa para Correlatos (AFE correlatos), todos mediante a publicação (legível) do Diário Oficial da União (D.O.U.), cada qual acompanhados, anexados, ao **detalhe de autorização de funcionamento retirados pela internet no site da ANVISA, indicando a situação ativa;**

- a) A publicação e o detalhe (atual e ativo) deverão ser apresentados juntos, sob pena de inabilitação;
- b) Não será aceito apenas protocolos, como o de renovação, devendo a empresa estar regular, sob pena de inabilitação;

c) A publicação deverá estar identificada com um sinal (círculo, flecha, destaque com marca texto) o nome da empresa e **legível**, sob pena de inabilitação da empresa.

2.16 - Todos os documentos apresentados para o certame deverão ser **originais, ou cópias autenticadas por tabelião ou funcionário do setor de licitações da Prefeitura Municipal de Vacaria**. A autenticação dos documentos por funcionário do setor de licitações da Prefeitura Municipal de Vacaria, para a participação deste certame, será realizada **até o terceiro dia anterior à data de abertura da licitação**. Os documentos expedidos pela internet poderão ser apresentados em forma original, ou cópia reprográfica sem autenticação, entretanto, estarão sujeitos a verificação de suas autenticidades através de consulta realizada pela Comissão de Licitações.

2.17 – Todos os documentos apresentados para o certame deverão ser correspondentes unicamente à matriz da licitante ou à filial que ora se habilita para este certame licitatório (devem ser em nome de uma única empresa, razão social). Os documentos que não contiverem data de validade expressa serão aceitos com data de expedição não superior a 30 (trinta) dias retroativos a data de abertura da licitação, salvo disposição em contrário neste edital.

2.18 - O descumprimento das cláusulas acima ocasionará a inabilitação da licitante.

2.19 - Se o proponente se fizer representar, deverá **juntar procuração ou carta de credenciamento**, outorgando poderes, específicos, ao representante para decidir a respeito dos atos constantes da presente licitação (vide item 14.2).

Observação: A procuração ou credenciamento deverão estar assinados por representante legal (vide item 2.1), ou por procurador com poderes específicos para tal.

2.20 – As empresas que emitirem declarações, atestados ou utilizarem declarações de outras empresas, como requisitos necessários para as fases de habilitação, classificação e pagamento, ou qualquer outro procedimento do processo licitatório, se responsabilizarão pela autenticidade contida nas mesmas, sob as penas descritas em lei e no edital.

3 - DO RECEBIMENTO, DO PRAZO DE ENTREGA, DOS LOCAIS DE ENTREGA, E DAS ESTIMATIVAS DE FORNECIMENTO:

DO RECEBIMENTO

3.1 - Para o recebimento do produto/material, objeto desta licitação, o município designa, quando não for possível o almoxarife, o (s) Secretário (s) Municipal (ais), Chefe (s) de Departamento, responsável (is) pelo (s) pedido (s) ou outro (s) expressamente designado (s) por ele (s), que fará (ão) o (s) recebimento (s) nos termos do artigo 73, inciso II (inciso I para serviços), alíneas "a" e "b", da Lei n.º 8.666/93, da seguinte forma:

a) provisoriamente, no ato de entrega do objeto, para efeito de posterior verificação da conformidade com o solicitado na licitação;

b) definitivamente, com a emissão do respectivo Termo de Recebimento, após a verificação da qualidade, quantidade e características do objeto e a consequente aceitação, no prazo máximo de 05 (cinco) dias consecutivos contados após o recebimento provisório, nos termos do subitem 11.1.a.

Obs.: Quando da verificação na forma dos itens 1.2.1 ao 1.2.20, se o material não atender às especificações solicitadas, caso não seja resolvido à troca ou substituição pelo requisitado no edital, pelo mesmo prazo da entrega (itens 3.2 e 3.3), serão aplicadas as sanções previstas no item 15, deste edital.

DO PRAZO E LOCAIS DE ENTREGA

3.2 - A entrega dos produtos/materiais deverá ser de no máximo 10 (dez) dias, após o recebimento do empenho e/ou da data de assinatura da Autorização de Fornecimento (ou instrumento equivalente), nos locais designados nos mesmos, **em horário de expediente**, na forma dos itens 1.2.1 ao 1.2.20, sob pena de aplicação das penalidades do edital. Os possíveis locais de entrega são os seguintes:

- a) Rua Borges de Medeiros, nº 1800, bairro Centro:
Secretaria Municipal da Saúde (Sede da Secretaria);
- b) Rua Campos Sales, nº 1100, bairro Glória
Unidade de Pronto Atendimento;
- c) Poderão ser entregues, conforme solicitação, em alguma unidade básica de saúde do Município.

Obs.: Conforme mencionado na cláusula 1.2.20, a entrega dos objetos não se dará em um único local, devendo o Detentor da Ata orientar as transportadoras quanto às formas e locais de entrega. Todas as entregas se darão dentro do perímetro urbano do Município em no máximo três quilômetros da sede administrativa da Secretaria, quando não for na própria, não refletindo, desta forma, em custo adicional aos produtos (vide itens 3.2 e 4.5).

DAS ESTIMATIVAS DE FORNECIMENTO

3.3 - Durante o prazo de validade da ata de registro de preços o Município não fica obrigado a firmar contratações, sendo que estas obedecerão à conveniência e às necessidades do Município, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios, assegurada preferência ao beneficiário do registro, em igualdade de condições;

3.4 - Estima-se que serão solicitados pelo Município em torno de quatro etapas, ou seja, em torno de 25% (vinte e cinco por cento) do total de cada item/serviço, dentro do interregno do tempo contratual acordado, desde que o mesmo tenha sido firmado no prazo de vigência da ata de registro de preços. Neste caso a Administração não está garantindo faturamento mínimo por mês, mas sim um valor/quantidade mínima para cada pedido, de modo a evitar requisições de valores ínfimos, podendo, desde que acordado, ocorrer variações no percentual.

3.4.1 - Excepcionalmente o Município poderá solicitar a quantidade de até 50% (cinquenta por cento) do total de cada item constante na ata de registro de preços nos seguintes casos:

- a) No primeiro ou último mês de vigência da ata de registro de preços;
- b) No início de campanhas, epidemias, pandemias;
- c) Em casos de emergência ou calamidade pública, quando caracterizada a urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança, saúde e bem estar da população, etc;
- d) Em situações excepcionais imprevisíveis ou de difícil controle, onde a solicitação poderá também exceder o limite de 50% (cinquenta por cento), desde que acordado com a Detentora da Ata;

3.4.2 - Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, o licitante Detentor da Ata não poderá alegar indisponibilidade do objeto desta licitação, devendo sempre manter em estoque os bens/serviços para entregá-los/executá-los dentro do percentual estimado do item 3.4 e situações do item 3.4.1, mantendo o prazo do item 3.2. Desta forma, dentro dos padrões estabelecidos,

como a apresentação da proposta implica na aceitação de todos os termos do edital, não serão aceitas desculpas como falta de matéria prima, atraso na importação ou transporte, extinção de produção, sob pena de aplicação das penalidades constantes no item 15;

3.4.3 – REPETINDO, A EMPRESA, AO PARTICIPAR DESTES CERTAME, DEVE MANTER UM PERCENTUAL MÍNIMO DE ESTOQUE DE MEDICAMENTOS, COMPATÍVEL COM O ITEM 3.4, PARA ATENDER AO MUNICÍPIO DE VACARIA, PARA EVITAR OS TRANSTORNOS QUANTO A FALTA OU ATRASO DOS MESMOS, MENCIONADOS ACIMA, DURANTE A VIGÊNCIA DA ATA, SOB PENA DE APLICAÇÃO DE PENALIDADES CONSTANTES NO ITEM 15.

DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.5 - O pagamento será efetuado em uma única vez, em até 30 (trinta) dias após o recebimento/execução definitivo do objeto, no valor correspondente a cada parcela recebida. Devidamente assinado (s) e identificado (s) com preço fixo e sem reajuste, com a autorização da Secretaria responsável que o objeto foi entregue em conformidade com o edital. A entrega do total de cada empenho deverá ser única, não serão aceitas entregas/pagamentos parcelados do empenho.

OBS.: I - Ao emitir a nota fiscal, a Detentora da Ata deverá fazer constar, Município de Vacaria/RS, além do nº do edital (Concorrência Pública de Registro de Preços nº 03/2015), a especificação do(s) item(s), nº do(s) item(s), nº do(s) empenho(s) correspondente(s), sob pena de ter de refazê-la. A mesma deverá fazer menção, na Nota Fiscal, de Instituição Bancária, Agência e Conta para os créditos oriundos do fornecimento do material. Qualquer dúvida, entrar em contato com o Setor de Pagamentos pelo fone nº (054) 3231 6415 ou, transmiti - los via e-mail para o endereço eletrônico – pagamentos@vacaria.rs.gov.br.

3.6 - Para fins de pagamento, a licitante vencedora, deverá informar na Nota Fiscal a Instituição Bancária, Agência e Conta para os créditos oriundos do fornecimento do material. Qualquer dúvida, entrar em contato com o Setor de Pagamentos pelo fone nº (054) 3231 6415 ou, transmiti - los via e-mail para o endereço eletrônico – pagamentos@vacaria.rs.gov.br.

3.7 - Para fins de homologação e empenho, o preço do lote poderá sofrer, automaticamente, uma pequena variação para menos, resultante da necessidade de ser obtido valor unitário com duas casas decimais, sendo que serão desconsideradas todas as casas posteriores à segunda.

4 – FORMA DE PARTICIPAÇÃO: APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO E DAS PROPOSTAS:

4.1 - Em envelope lacrado (nº 1), os proponentes apresentarão todos os documentos solicitados dos itens 2.1 ao 2.15, e, se for o caso, 2.13 e 2.19, contendo na parte externa do envelope a seguinte menção:

**MUNICÍPIO DE VACARIA
CONCORRÊNCIA PÚBLICA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 03 /2015
ENVELOPE Nº 01 - DOCUMENTAÇÃO
PROPONENTE - *Nome da Empresa*
Fone/Fax
E-mail**

OBSERVAÇÃO:

Para tornar o certame mais célere, a licitante que enviar os envelopes antecipadamente, e que não se fizer presente no dia da abertura do envelope contendo a documentação, poderá (opcional)

enviar dentro do envelope nº 01, **DECLARAÇÃO (Declaro que desisto expressamente do prazo legal a que tenho direito na fase de habilitação para eventual interposição de recursos ou impugnações, desde que seja habilitado)** assinada pelo representante legal da mesma, dando assim seguimento ao certame.

4.2 - Em envelope distinto, lacrado, (nº 2), os licitantes apresentarão a proposta de preços em uma via (vide, também, itens 4.2.1, 4.2.2, 4.2.3, 4.3, 4.5, 4.7 e 4.8), rubricada em todas as páginas, **assinadas pelo (s) responsável (s) legal (ais), juntamente com o carimbo (dados da empresa), devendo ser datilografada ou digitada, sem rasuras, emendas ou entrelinhas**, apresentando a marca, valor total e unitário do item cotado, devendo constar na parte externa do envelope a seguinte menção:

MUNICÍPIO DE VACARIA
CONCORRÊNCIA PÚBLICA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 03/2015
ENVELOPE Nº 02 - PROPOSTA
PROPONENTE - Nome da Empresa
Fone/Fax
E-mail

4.2.1 – Além da proposta escrita nos moldes do Anexo I, deverá ser anexada por meio digital, cópia em CD, a mesma proposta preenchida em planilha com extensão (.xls), tipo Excel. Obs: vide manual para confecção da proposta.

4.2.2 – Se possível, para auxiliar na solicitação do pedido por parte da Administração e entrega por parte da empresa, deve-se informar na proposta, para os medicamentos ofertados, a forma/quantidade que são ofertadas/fornecidas. Ex. Marca x, caixa com 30 comprimidos/ml. Marca y, caixa com 60 comprimidos/ml.

4.3.3 – Ao apresentar a proposta assinada, pelo Representante Legal, a empresa estará neste ato, declarando/comprometendo-se a cumprir fielmente os requisitos deste edital, principalmente quanto ao prazo de entrega/fornecimento. Desta forma, subentende-se que a empresa ao participar do certame, sagrando-se vencedora dos itens que cotou, já possui em estoque o percentual mínimo estimado desta licitação (vide item 3.4), não sendo aceitas desculpas como: I – Falta de matéria-prima; II – Atraso na importação ou transporte; III – Medicamento não está sendo mais fabricado; Destarte, se a empresa já detém o percentual mínimo solicitado em estoque, estas situações não ocorrerão, sendo somente aceitas, comprovadamente, situações de caso fortuito e força maior. O descumprimento desta cláusula poderá ocasionar o cancelamento do registro do Detentor da ata, bem como a imposição de multa, independentemente das demais sanções previstas no item 15 deste edital;

4.3 – As propostas deverão atender os termos deste edital quanto à descrição do objeto, prazo de entrega e as condições de pagamento. Os medicamentos devem estar com as especificações em conformidade com o que foi solicitado: forma farmacêutica, concentração, condições de conservação, etc.

4.4 – Os preços cotados serão fixos não se admitindo reajuste sob qualquer título.

4.5 – Nos preços propostos serão consideradas todas as obrigações previdenciárias, fiscais, comerciais, trabalhistas, tributárias, fretes, seguros, tarifas, descarga, transporte, material, responsabilidade civil e demais despesas incidentes ou que venham a incidir sobre o objeto licitado.

4.6 - Os preços propostos serão considerados completos e suficientes para a aquisição dos objetos licitados, sendo desconsiderada qualquer reivindicação de pagamento adicional devido a erro ou má interpretação de parte da licitante. **O valor cotado é de inteira responsabilidade da**

licitante, devendo observar com rigor, quando da elaboração da proposta, para que não cote algum item errado.

4.7 – As propostas deverão conter preço unitário e total por item licitado, devendo conter de forma expressa na proposta a **marca**, (medicamentos de referência, similar e genéricos), o fabricante e a procedência do medicamento oferecido. **Será aceito apenas três casas decimais após a vírgula, por exemplo: (R\$ 0,785).**

4.8 - O prazo da validade da proposta não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias.

4.9 - A apresentação da proposta pela licitante, com a respectiva assinatura do representante legal, implica na aceitação deste edital, bem como nas normas legais que regem a matéria e, se por ventura a licitante for declarada vencedora, ao cumprimento de todas as disposições contidas nesta licitação, principalmente quanto ao prazo e a entrega, item 3.2 e estimativas de fornecimento 3.4.3.

4.10 – Repetindo que além da proposta escrita nos moldes do Anexo I, deverá ser anexada por meio digital, cópia em CD, a mesma proposta preenchida em planilha com extensão (.xls), tipo Excel. Obs: vide manual para confecção da proposta.

4.11 – As propostas que não atenderem os termos deste Edital serão **desclassificadas**.

5 - DO JULGAMENTO:

5.1- O julgamento será realizado pela Comissão de Licitações, levando em consideração o **MENOR PREÇO** por item.

Obs.: Quando o edital não for exclusivo as empresas beneficiadas pela LC 123/06 e suas alterações, aplicam-se os itens abaixo (5.2 ao 5.4):

5.2 – Será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte e demais beneficiadas pela LC 123/06 e suas alterações. **Entende-se por empate** aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas empresas beneficiadas sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

5.3 - Para efeito do disposto no item 5.2 do edital, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

I) – A empresa beneficiada detentora da proposta de menor valor, logo após a classificação (depois de ultrapassada a fase recursal das propostas, atendido cada caso, seja pelo decurso do prazo sem interposição de recurso, ou pelo julgamento definitivo do recurso interposto), em sessão que realizar-se-á, em data e horário estipulado na ata de julgamento, através de representante devidamente habilitado com poderes para tal, conforme item 9.2 do edital, poderá apresentar nova proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

II) – Não ocorrendo à contratação de empresa beneficiada mais bem classificada, na forma do inciso anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do item 5.2 deste edital, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito, devendo estas estarem presentes na mesma data e horário da sessão designada no inciso I do caput deste item, sendo entendido o seu não comparecimento como renúncia ao privilégio concedido.

III) – No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte ou em caso de não-contratação nos termos previstos no caput do item

5.2, existindo mais de um licitante com propostas idênticas, será dada preferência aos bens/serviços, pela ordem:

- a) Produzidos no País;
- b) Produzidos ou prestados por empresa brasileiras; e
- c) Produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no país;

5.4 - Ocorrendo **empate real**, o qual não se enquadre em nenhuma hipótese do item 5.2 e 5.3 do edital, será escolhido o vencedor através de sorteio, realizado em ato público, no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Vacaria, em dia e horário a ser fixado em ata e dando ciência a todos os licitantes, conforme estipula a Lei de licitações em seu Artigo 45 §2º. O disposto nos subitens 5.2 e 5.3, não se aplicam às hipóteses em que a proposta de menor valor tiver sido apresentada por licitante enquadrada no regime da Lei Complementar n.º 123/06. Na hipótese da não contratação nos termos anteriores, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

5.5 - Não serão admitidas por qualquer motivo, modificações ou substituições das propostas ou de quaisquer outros documentos, **ressalvado o disposto na Lei Complementar 123/2006**, que diz respeito ao Estatuto Nacional da Microempresa e empresa de Pequeno Porte.

6 - DOS RECURSOS:

Em todas as fases da presente licitação serão observadas as normas previstas nos incisos, alíneas e parágrafos do artigo 109, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

7 - DA HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO:

A homologação e a adjudicação do objeto desta licitação será efetuada pelo Sr. Prefeito Municipal à(s) proponente(s) que apresentar (em) a proposta de acordo com as especificações do edital e ofertar o menor preço por item licitado.

8 - DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. Após o encerramento do procedimento licitatório, homologado o resultado da licitação, o Município convocará o licitante vencedor para analisar a Ata de Registro de Preços, que terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para assiná-la, contados a partir da data de sua convocação, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

8.1.1. A ata de registro de preços, cujo prazo de validade encontrar-se-á nela registrado, não podendo ultrapassar 12 (doze) meses, deverá ser assinada pelo representante legal da licitante com poderes para tanto (diretor, sócio da empresa, procurador...), mediante apresentação do contrato social e, na hipótese de nomeação de procurador, também de procuração e cédula de identidade do representante.

8.2. Alternativamente a convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinada no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

8.3. Os prazos estabelecidos nos itens anteriores, para assinatura da Ata de Registro de Preços, poderão ser prorrogados uma única vez, por igual período, quando solicitado tempestivamente e formalmente pelo(s) licitante(s) vencedor(es), durante o seu transcurso, e desde que devidamente justificado e aceito pela Comissões de Licitações.

8.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias, como se fosse uma só, para o registro de todos os itens constantes no anexo I (objeto, modelo de confecção de proposta), com a indicação do licitante vencedora, a descrição do(s) item (ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

8.5. Uma vez homologado o resultado da licitação, assinada a Ata de Registro de Preços e efetuada a publicação do respectivo extrato, caberá ao Setor de Licitações, oportunamente, contratar com o licitante vencedor/fornecedor através de nota de empenho ou mediante uma das formas hábeis disciplinadas no Artigo 62 da Lei 8.666/93, durante o período da vigência da ata e nas condições deste edital.

8.6. A existência de preços registrados não obriga o Município a firmar as contratações que deles poderão advir, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios, assegurada preferência ao beneficiário do registro, em igualdade de condições.

8.7. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, o licitante vencedor/ fornecedor não poderá alegar indisponibilidade do objeto desta licitação, sob pena de lhe serem aplicadas as penalidades previstas neste Edital. (Vide itens 3.4, 3.4.2 e 4.3.3)

8.8. Caso o fornecedor detentor dos preços registrados não apresente situação regular no ato da assinatura da Ata de Registro de Preços e do instrumento de fornecimento, ou se recuse a assiná-los, serão convocados os licitantes remanescentes, observada a seguinte ordem:

8.8.1. Os licitantes que assinaram a Ata de Registro de Preços nas mesmas condições do primeiro colocado, segundo a ordem de classificação;

8.8.2. Na ausência, impossibilidade ou recusa dos licitantes do subitem anterior, os que vierem a assinar a Ata de Registro de Preços, quando convocados;

8.9. O licitante convocado a assinar a Ata de Registro de Preços na hipótese do subitem 8.8.2 deverá manter sua última proposta registrada, podendo negociar este preço, não havendo necessidade de cobrir o preço da proposta mais vantajosa.

8.10. A classificação será mantida durante todo o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, a partir da data de sua publicação, exceto se houver exclusão do Sistema de Registro de Preços a título de penalidade administrativa.

8.11. Compete ao Órgão Gestor do Registro de Preços avaliar o mercado constantemente, promover as negociações necessárias ao ajustamento/revisão do preço e publicar trimestralmente eventuais variações nos preços registrados.

8.12. Os preços decorrentes de revisão não poderão ultrapassar os praticados no mercado, apurados trimestralmente pelo Órgão Gestor do Registro de Preços, e serão incorporados aos contratos já firmados.

9 – DO TERMO DE CONTRATO

9.1. Esgotados todos os prazos recursais, o Município convocará a vencedora para assinar o contrato, dentro do prazo de validade da ata, **caso o Município não opte pela execução/entrega única e imediata (vide itens 3 e 8.5)**. A contratação deverá ser firmada em até 05 (cinco) dias úteis, contados da convocação por escrito. O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, caso não seja adimplido antes, podendo, também, ser prorrogado até o limite legal, conforme Artigo 57 Lei 8.666/93. Caso o contrato ultrapasse doze meses, o mesmo poderá ser reajustado monetariamente pelo IGP-M/FGV do período, ou outro índice oficial que vier a substituí-lo.

9.1.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

9.1.2. O prazo estabelecido no subitem anterior, para assinatura da Ata de Registro de Preços, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado tempestivamente e formalmente pelo(s) licitante(s) vendedor(s), durante o seu transcurso, e desde que devidamente justificado e aceito pela Comissão de Licitações.

9.2. O contrato advindo desta licitação entrará em vigor na data da assinatura e vigorará até a última entrega/execução.

9.3. Caso a licitante vencedora se recuse a assinar o contrato (não se eximindo das sanções do edital), será convocada a segunda classificada, intimando-se as demais participantes da fase de lances para que, em sessão pública, seja examinada a última oferta válida e verificada a aceitabilidade da proposta, sem prejuízo das sanções cabíveis, e assim, sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital. O Gerenciador da Ata poderá negociar para que seja obtido preço melhor, e, após, procederá à habilitação da licitante detentora da melhor oferta.

9.4. O detentor da ata deverá manter durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste registro de preços.

9.5. Durante a vigência da contratação, a fiscalização será exercida pelos responsáveis de cada Secretaria/Departamento, ao qual competirá registrar em relatório todas as ocorrências e as deficiências verificadas e dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução contratual, de tudo dando ciência ao Setor de Licitações.

9.5.1. Durante a vigência da contratação, o licitante vendedor/fornecedor não poderá alegar indisponibilidade do objeto desta licitação, vide item 3.4.2, 3.4.3 e 4.3.3, sob pena de serem aplicadas as penalidades previstas neste edital.

9.6 O contrato a ser assinado terá como base minuta integrante deste edital (Anexo IV).

10 – DO PREÇO REGISTRADO

10.1. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços;

10.2. Não haverá reajuste de preços quando as aquisições/serviços não derivarem de contratos firmados que ultrapassem o período de um ano da apresentação da proposta.

10.3. O preço a ser pago à detentora da ata será o vigente na data do registro de fornecimento, independentemente da data de entrega do material;

10.4. – O preço registrado poderá ser adequado pelo Setor de Licitações em função da dinâmica do mercado, com elevação ou redução de seu respectivo valor, obedecendo à seguinte metodologia:

10.4.1. Independentemente de solicitação da detentora, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador convocar a detentora para estabelecer o novo valor;

10.4.2. O preço registrado poderá ser majorado mediante solicitação da detentora, desde que seu pedido, obrigatoriamente, tenha sido feito antes da solicitação de aquisição de material e/ou realização de serviço pelo órgão gerenciador, acompanhado de documentos que comprovem a variação de preços do mercado, tais como tabelas de fabricantes, notas fiscais de aquisição do produto acabado ou de matérias-primas, notas fiscais de compra (anteriores e atuais), reportagens, demonstração de aumento dos insumos, comprovação de aumento de impostos etc., (vide item 10.8 e seguintes);

10.5. O Órgão Gerenciador poderá decidir sobre o realinhamento dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de 30 (trinta) dias, salvo motivo de força maior devidamente justificado no Processo.

10.5.1. O requerimento de revisão de preço não incidirá sobre as Ordens de Fornecimento/Serviço já emitidas antes da data de seu protocolo junto ao Município.

10.5.2. Durante o período de análise do pedido de revisão de preço, o licitante será obrigado a efetuar as entregas/serviços relativos às Ordens de Fornecimento/Serviço já emitidos, cumprindo os prazos, condições e valores estipulados na Ata de Registro de Preços, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste edital.

10.6. No caso de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente estabelecido, o Órgão Gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação;

10.7. Na ocorrência do preço registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o Setor de Licitações notificará o fornecedor, com o primeiro menor preço registrado para o item/lote, visando à negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações;

10.7.1. Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, a Administração formalmente desonerará o fornecedor em relação ao item ou lote e cancelará o seu Registro;

10.7.2. Simultaneamente, procederá a convocação dos demais fornecedores registrados, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação;

10.8. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados, e o fornecedor, não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido, poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir realinhamento de preços ou o cancelamento de seu Registro.

10.8.1. A comprovação, para efeitos de Realinhamento de Preços ou do pedido de Cancelamento do Registro, deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante a juntada de planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição do produto acabado ou de matérias-primas, de transporte, encargos, etc., alusivas à data da apresentação da Proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

10.8.2. O Realinhamento será precedido de pesquisa prévia no mercado fornecedor, Banco de Dados, Índices ou Tabelas Oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de graduar a justa remuneração do serviço ou fornecimento e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido;

10.8.3. Frustrada a negociação da manutenção do preço originalmente oferecido, o Órgão Gerenciador poderá:

10.8.3.1. Liberar o Detentor da Ata do compromisso assumido, sem aplicação das penalidades previstas neste edital, se confirmado a verdade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento/serviço;

10.8.3.2. Convocar os demais detentores da ata visando igual oportunidade de negociação;

10.9. Não havendo êxito nas negociações para definição de novo preço ou as licitantes não aceitarem o preço máximo a ser pago pela Administração, o Órgão Gerenciador revogará a Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

10.10. Definido o preço máximo a ser pago pela Administração, de acordo com sua conveniência e vantagem, o novo preço deverá ser consignado através de “apostilamento”, ou melhor, aditamento a Ata de Registro de Preços, ao qual estarão as empresas vinculadas.

10.11. A Ata de Registro de Preço será cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do Órgão Gerenciador nas hipóteses do item 15.5.

10.12. Na ocorrência de cancelamento de Registro de Preço para o item, poderá o Órgão Gerenciador proceder à nova Licitação para a aquisição do material, sem que caiba direito de recurso.

10.13. O Órgão Gerenciador se reserva no direito de aumentar ou diminuir, na Ata de Registro de Preços, as quantidades totais estimadas dos itens registrados, sem qualquer modificação nos preços unitários ou das demais cláusulas e condições, mediante emissão de termo aditivo ao contrato, na forma da Lei.

10.14. As regras acerca da repactuação, quando for o caso, serão estabelecidas no Termo de Contrato, para serviços contínuos, após um ano da vigência dos contratos.

10.15. Os preços registrados serão verificados e publicados, quando necessário, trimestralmente na imprensa oficial do Município, para conhecimento público e orientação da Administração, verificando se os mesmos estão compatíveis com a dinâmica do mercado, devendo constar da publicação: as empresas melhores classificadas, o prazo de validade do registro e eventuais reajustes e prorrogações.

11 - DO PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA

11.1 - A vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a partir de sua assinatura;

12 - DAS ESTIMATIVAS DE FORNECIMENTO

12.1 - Durante o prazo de validade da ata de registro de preços o Município não fica obrigado a firmar contratações, sendo que estas obedecerão à conveniência e às necessidades do Município, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios, assegurada preferência ao beneficiário do registro, em igualdade de condições;

12.2 - Estima-se que serão solicitados pelo Município em torno de quatro etapas, ou seja, em torno de 25% (vinte e cinco por cento) do total de cada item/serviço, por pedido, dentro do interregno do tempo contratual acordado, desde que o mesmo tenha sido firmado no prazo de vigência da ata de registro de preços. Neste caso a Administração não está garantindo faturamento

mínimo por mês, mas sim um valor/quantidade mínima para cada pedido, de modo a evitar requisições de valores ínfimos, podendo, desde que acordado, ocorrer variações no percentual.

12.3 - Excepcionalmente o Município poderá solicitar a quantidade de até 50% (cinquenta por cento) do total de cada item constante na ata de registro de preços nos seguintes casos:

- a) No primeiro ou último mês de vigência da ata de registro de preços;
- b) No início de campanhas, epidemias, pandemias;
- c) Em casos de emergência ou calamidade pública, quando caracterizada a urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança, saúde e bem estar da população, etc;
- d) Em situações excepcionais imprevisíveis ou de difícil controle, onde a solicitação poderá também exceder o limite de 50% (cinquenta por cento), desde que acordado com a Detentora da Ata;

12.4 - Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, o licitante Detentor da Ata não poderá alegar indisponibilidade do objeto desta licitação, devendo sempre manter em estoque os bens/serviços para entregá-los/executá-los dentro do percentual estimado do item 12.2 e situações do item 12.3, mantendo o prazo do item 3.2. Desta forma, dentro dos padrões estabelecidos, como a apresentação da proposta implica na aceitação de todos os termos do edital, não serão aceitas desculpas como falta de matéria prima, atraso na importação ou transporte, extinção de produção, sob pena de aplicação das penalidades constantes no item 15.

12.5 - REPETINDO, A EMPRESA, AO PARTICIPAR DESTA CERTAME, DEVE MANTER UM PERCENTUAL MÍNIMO DE ESTOQUE DE MEDICAMENTOS, COMPATÍVEL COM O ITEM 3.4, PARA ATENDER AO MUNICÍPIO DE VACARIA, PARA EVITAR OS TRANSTORNOS QUANTO A FALTA OU ATRASO DOS MESMOS, MENCIONADOS ACIMA, DURANTE A VIGÊNCIA DA ATA, SOB PENA DE APLICAÇÃO DE PENALIDADES CONSTANTES NO ITEM 15.

13 - DISPOSIÇÕES GERAIS:

14.1 - Não serão admitidas por qualquer motivo, modificações ou substituições das propostas ou de quaisquer outros documentos, **ressalvado o disposto na Lei Complementar 123/2006**, que diz respeito ao Estatuto Nacional da Microempresa e empresa de Pequeno Porte.

14.2 - Só terá direito a usar a palavra, rubricar a documentação e as propostas, apresentar reclamações, desistir ou apresentar recursos, assinar atas e apresentar nova proposta de preços, as licitantes ou seus representantes devidamente credenciados, com poderes específicos para tal e os membros da Comissão de Licitações.

14.3 - Uma vez iniciada a abertura dos envelopes relativos à documentação, não serão admitidos à licitação as participantes retardatárias.

14.4 - A Administração Pública Municipal reserva-se o direito de rejeitar todas as propostas, bem como, o de revogar a presente licitação por razões de interesse do serviço público ou anular por ilegalidade, sem que assista aos interessados direitos a qualquer indenização;

14.5 - Em caso de reclamação, a licitante deverá prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo Município, sempre **via protocolo**;

14.6 - A licitante assumirá inteira responsabilidade por todos os prejuízos que venham dolosa ou culposamente prejudicar o Município;

14.7 - A licitante que não satisfazer os compromissos assumidos, será notificada via protocolo e reincidindo na falta poderá sofrer as penalidades conforme item 15 do edital;

14.8 - O licitante fica obrigado a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias nas compras até 25%(vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.9 - Devido à grande quantidade de objetos licitados, caso algum item adjudicado pela Comissão de Licitações, seja constatado que está fora do valor de mercado (comprovadamente através de orçamentos), e, por um lapso, não seja desclassificado no momento correto (sessão de julgamento), este será desclassificado posteriormente, se verificado antes de criada a obrigação de pagamento.

14.10 - Servidores, assim considerados aqueles do artigo 84, *caput* e parágrafo 1.º, da Lei n.º 8.666/93, estão impedidos de participar deste certame licitatório, (tanto como membros da diretoria da empresa ou como do quadro de funcionários desta), por determinação do artigo 9.º, inciso III, da Lei n.º 8.666/93.

14.11 - A simples irregularidade formal, que não afete o conteúdo ou a idoneidade da proposta, a juízo da Comissão, não implicará a desclassificação da licitante.

14.12 - Quanto aos Órgãos Participantes e Caronas, a Administração somente poderá aceitá-los quando for detectado que a adesão não irá comprometer a regular execução dos contratos efetuados pelo Município. Para a adesão, será necessário que o “Carona” comprove adequadamente a vantagem para a contratação pretendida, sendo que o edital limitar-se-á a aceitação de apenas um carona. O Órgão Participante e Carona deverão nomear um gestor para acompanhamento do Registro de preços e informar qualquer irregularidade, submetendo-se as regras do edital e do Decreto Municipal 169/2011. O Órgão Participante e Carona limitar-se-ão: *a) realizar as compras até o limite de quantidades registradas sem renovação; b) aderir às atas que tenham licitado quantidade superior à estimativa de sua própria demanda; c) observar as regras de pagamento especificadas no edital pelo Órgão Gerenciador; d) comprovar, no processo, que o preço de aquisição é compatível com o de mercado, como em qualquer licitação.*

15- DAS PENALIDADES A SEREM APLICADAS ÀS EMPRESAS:

15.1 – ADVERTÊNCIA

A penalidade de ADVERTÊNCIA poderá ser aplicada nas seguintes hipóteses:

15.1.1 - Descumprimento das obrigações assumidas contratualmente ou na licitação, desde que não acarrete prejuízos para a entidade, independentemente da aplicação de multa moratória.

15.1.2 - Outras ocorrências que possam acarretar pequenos transtornos ao desenvolvimento dos serviços da entidade, independentemente da aplicação de multa moratória.

15.2 – MULTA

A entidade poderá aplicar à licitante ou contratada, multa moratória e multa por inexecução contratual:

15.2.1 - MULTA MORATÓRIA

A multa moratória poderá ser cobrada pelo atraso injustificado, ou execução em desacordo com o solicitado no objeto ou de prazos estipulados no Edital para os compromissos assumidos:

I - A multa moratória será de 0,50% (cinquenta centésimos por cento) por dia corrido de atraso, sobre o valor da NOTA DE EMPENHO, até o máximo de 05 (cinco) dias de atraso. Após

esse prazo, poderá, também, ser rescindido o contrato e/ou imputada à licitante vencedora a pena prevista no item 15.3.

II – A multa moratória será de 0,50% (cinquenta centésimos por cento) pela entrega em desacordo com as exigências do edital, sobre o valor total da NOTA DE EMPENHO, por infração, com prazo de até 05 (cinco) dias consecutivos para a efetiva adequação. Após (duas) infrações e/ou após o prazo para adequação, poderá, também, ser rescindido o contrato e/ou imputada à licitante vencedora a pena prevista no item 15.3.

III – A multa moratória será de 10% (dez por cento), pela não regularização da documentação referente à regularidade fiscal, no prazo previsto neste edital, por parte da licitante detentora da melhor proposta, e poderá, também, ser imputada à licitante vencedora a pena prevista no item 15.3.

15.2.2 - MULTA POR INEXECUÇÃO CONTRATUAL

I - A multa por inexecução contratual poderá ser aplicada no percentual de 10% (dez por cento) ao mês, pró-rata-dia, sobre a respectiva fatura, acrescida de correção monetária e juros de 12 (doze por cento) ao ano.

II – O atraso injustificado na assinatura do contrato ou a rescisão do mesmo por culpa da contratada implicará em multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da proposta, até o máximo de 05 (cinco) dias de atraso. Após esse prazo, poderá, também, ser rescindido o contrato e/ou imputada à licitante vencedora a pena prevista no item 15.3.

15.3 - SUSPENSÃO

15.3.1 – A suspensão temporária do direito de licitar e contratar com o Município de Vacaria/RS destina-se aos inadimplentes culposos que prejudicarem a execução do contrato por fatos graves, cabendo defesa prévia, no prazo de 5 (cinco) dias úteis da data do recebimento da intimação, podendo ser aplicada nas seguintes hipóteses pelos seguintes períodos:

15.3.2 - Por 6 (seis) meses:

I - Atraso no cumprimento das obrigações assumidas, que tenham acarretado prejuízo à entidade.

II - Execução insatisfatória do contrato, se antes tiver havido aplicação da sanção de advertência.

15.3.3 - Por 1 (um) ano:

I - Na ocorrência de qualquer ato ilícito praticado pelo licitante visando frustrar seus objetivos ou que inviabilize a licitação, resultando na necessidade de promover novo procedimento licitatório.

II - Recusar-se a assinar o Termo de Contrato/Ata de Registro de Preços e Retirar a Nota de Empenho dentro do prazo estabelecido.

15.3.4 - Por 2 (dois) anos quando a licitante ou contratada:

I - Se recusar a fornecer informações suficientes ou fornecê-las inadequadamente;

II - Cometer atos ilícitos que acarretem prejuízo à entidade, ensejando a rescisão do contrato;

III - Tiver sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

IV - Apresentar a entidade qualquer documento falso ou falsificado, no todo ou em parte, para participar da licitação;

V - Demonstrar, a qualquer tempo, não possuir idoneidade para licitar e contratar com a entidade;

15.4 - DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE

15.4.1 - A Declaração de Inidoneidade para Licitar e Contratar com a Administração Pública será proposta se anteriormente for constatada uma das seguintes hipóteses:

- I- Má-fé, ações maliciosas e premeditadas em prejuízo da entidade;
- II - Evidência de atuação com interesses escusos;
- III – Reincidência de faltas ou aplicação sucessiva de outras penalidades;

15.4.2 – Ocorrendo as situações acima expostas, o Município de Vacaria/RS, poderá aplicar a Declaração de Inidoneidade para Licitar e Contratar com toda a Administração Pública, enquanto durarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante o Município, que será concedida após 02 (dois) anos de sua aplicação.

15.5 – Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada (quando houver), além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

15.6 – As sanções previstas nos subitens 15.1, 15.3 e 15.4 poderão ser aplicadas juntamente com o subitem 15.2, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

15.7 – A sanção prevista no subitem 15.4 deste edital é da competência exclusiva do Secretário Municipal ou Prefeito Municipal, conforme o caso, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 02 (dois) anos de sua aplicação.

15.8 – As sanções previstas nos subitens 15.3 e 15.4 deste edital, poderão também ser aplicadas às empresas ou profissionais que, em razão dos contratos regidos pela lei 8.666/93:

- I – Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- II – Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- III – Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados;

15.9 - As penalidades previstas neste Edital poderão ser aplicadas, isoladas ou cumulativamente, sem prejuízos de outras sanções cabíveis.

15.10 - CANCELAMENTO DO REGISTRO

15.10.1 – O Detentor da Ata terá seu Registro de Preços cancelado quando:

- a) Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) Não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento de contrato no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado; e
- d) Tiver presentes razões de interesse público, devidamente motivado;

15.11 - O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente da Administração. O Detentor da Ata poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preços na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.

16. FAZEM PARTE DESTE EDITAL:

- Anexo I - Objeto/Formulário Padrão para Preenchimento da Proposta
- Anexo II - Minuta da Ata de Registro de Preços

17- DAS INFORMAÇÕES:

Maiores informações complementares poderão ser obtidas junto ao Setor de Licitações, anexo ao prédio da Prefeitura Municipal de Vacaria, sito à rua Ramiro Barcelos, 915, nesta cidade de Vacaria, no horário de expediente, ou pelo fone 54 - 3231 6410.

Vacaria, 8 de abril de 2015.

Elói Poltronieri
Prefeito Municipal

ANEXO I

OBJETO
FORMULÁRIO PADRÃO PARA PREENCHIMENTO DA PROPOSTA
VALORES UNITÁRIOS MÁXIMOS ESTIMADOS
REFERENTE CONCORRÊNCIA PÚBLICA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 03/2015

RAZÃO SOCIAL: _____

CNPJ-MF: _____

FONE/FAC-SÍMILE: _____

ITEM	Descrição dos medicamentos	Quantidade	Valor Unit. (R\$)	Valor Total (R\$)
PROGRAMA ATENÇÃO BÁSICA				
1.	Adesivos de nicotina 21mg (caixas com 7 adesivos) (COMUM)	10000	6,06	60600,00
2.	Alendronato de sódio 10mg cp. (COMUM)	1500	1,57	2355,00
3.	Amoxicilina + Clavulanato de Potássio 500mg/ 125mg/ cp (ESPECIAL)	60000	2,45	147000,00
4.	Benzilpenicilina Benzatina 1.200.000UI fr. (ESPECIAL)	9000	9,99	89910,00
5.	Benzilpenicilina Benzatina 600.000 UI fr. (ESPECIAL)	5000	9,60	48000,00
6.	Carbonato de cálcio 600mg + colecalciferol 400 UI cp. (COMUM)	270000	0,93	251100,00
7.	Colírio Sulfato de Gentamicina 0,5% fr (ESPECIAL)	500	6,90	3450,00
8.	Dexametasona Colírio(COMUM)	2600	4,77	12402,00
9.	Dexametasona 4mg(COMUM)	20000	0,73	14600,00
10.	Dexclorfeniramina 2mg/5ml sol. oral fr. 120ml(COMUM)	7000	3,00	21000,00
11.	Eritromicina 500mg cp. (ESPECIAL)	7000	1,10	7700,00
12.	Hidróxido Alumínio 61,5 mg/ml susp. Oral frs. c/ 100ml(COMUM)	2500	4,14	10350,00

13.	Ibuprofeno 20mg/ml susp. Oral frs.100ml(COMUM)	2500	7,86	19650,00
14.	Ibuprofeno 50mg/ml gotas frasco 20ml (COMUM)	500	3,51	1755,00
15.	Levodopa + Benserazida 100+25mg liberação lenta CP(COMUM)	5500	1,32	7260,00
16.	Levodopa + Carbidopa 200+50mg CP (COMUM)	10500	0,81	8505,00
17.	Neomicina +Bacitracina 5mg+250ui/g pom.derm 50 g (COMUM)	4000	10,95	43800,00
18.	Sulfametoxazol + Trimetoprima 40+8 mg/ml susp. oral fr. 100ml (ESPECIAL)	2600	3,38	8788,00
19.	Vit. A3000UI/ml+Vit.D800UI/ml sol. oral frs. c/10 ml (COMUM)	2600	6,65	17290,00
PROGRAMA HIPERTENSÃO, RINITE E ASMA				
20.	Albendazol 400mg cp (COMUM)	4000	5,62	22480,00
21.	Clorpropamida 250 mg cp (COMUM)	30000	0,56	16800,00
22.	Espironolactona 100mg cp (COMUM)	25000	0,54	13500,00
23.	Tartarato de Metoprolol 100 mg cp (COMUM)	135000	0,72	97200,00
24.	Succinato de Metoprolol 100mg cp. (COMUM)	180000	2,11	379800,00
PROGRAMA DST E INFECÇÕES OPORTUNISTAS – MATERIAL AMBULATÓRIO DST				
25.	Doxiciclina 100 mg cp(ESPECIAL)	10000	1,63	16300,00
26.	Metronidazol 400 mg cp (COMUM)	6000	1,00	6000,00
27.	Podofilotoxina creme a 0,15% (antiviral utilizado para o tto de verrugas anogenitais) tubo (COMUM)	35	82,05	2871,75
PROGRAMA PLANEJAMENTO FAMILIAR				
28.	Noretisterona 0,35mg CP (COMUM)	30000	0,23	6900,00
TOTAL				6900,00
PROGRAMA SAÚDE MENTAL				
29.	Ácido Valproico 250 mg cp. (ESPECIAL)	50000	0,55	27500,00
30.	Bupropiona 150mg cp (ESPECIAL)	70000	1,70	119000,00
31.	Decanoato de Haloperidol 50mg/ml (ESPECIAL)	150	13,93	2089,50
32.	Dissulfiram 250 mg cp (ESPECIAL)	45000	0,26	11700,00
33.	Fenitoína Sódica 100 mg cp. (ESPECIAL)	25000	0,16	4000,00

34.	Imipramina 25 mg cp (ESPECIAL)	15000	0,37	5550,00
PROGRAMA FITOTERÁPICOS				
35.	Mikania glomerata sprengel (guaco) xarope frs. c/ 150 ml(COMUM)	2000	3,82	7640,00
36.	Espinheira Santa cp. (COMUM)	12000	0,78	9360,00
37.	Unha de Gato cp. (COMUM)	12000	0,61	7320,00
MEDICAMENTOS JUDICIAIS				
38.	AAS PROTECT 100MG CP(COMUM)	2040	0,66	13464,00
39.	ABLOK PLUS 25/12,5MG CP(COMUM)	360	0,34	122,40
40.	ACTONEL 150MG CP(COMUM)	48	95,83	4599,84
41.	ADEROGIL GOTAS 10ML FRASCO(COMUM)	10	5,84	58,40
42.	AGLUCOSE 50MG CP(COMUM)	360	0,60	216,00
43.	Agulhas NOVOFINE 0,3X6mm UNIDADE(COMUM)	700	0,59	413,00
44.	ALDAZIDA 50MG CP(COMUM)	810	0,82	664,20
45.	ALENIA 200/6 MCG CP(COMUM)	720	1,19	856,80
46.	ALOPURINOL 300MG CP(COMUM)	1140	0,31	353,40
47.	ALPHAGAN Z COLÍRIO FRASCO(COMUM)	10	27,24	272,40
48.	ALPRAZOLAM 1MG CP (ESPECIAL)	360	0,92	331,20
49.	ANASTROZOL 1MG CP(COMUM)	180	12,94	2329,20
50.	ANCORON 100MG CP(COMUM)	720	0,43	309,60
51.	ANLODIPINO 2,5MG CP(COMUM)	360	0,51	183,60
52.	ARADOIS 25MG CP (COMUM)	360	0,68	244,80
53.	ARIMIDEX 1MG CP (COMUM)	672	16,08	10805,76
54.	ARTRODAR 50MG CP(COMUM)	480	3,14	1507,20
55.	ARTROSIL 160MG CP(COMUM)	210	1,46	306,60
56.	ATACAND HCT 16/12,5MG CP(COMUM)	196	2,61	511,56
57.	ATORVASTATINA 10MG CP(COMUM)	90	1,20	108,00
58.	ATORVASTATINA 20MG CP(COMUM)	210	1,51	317,10

59.	AVODART 0,5MG CP(COMUM)	360	4,68	1684,80
60.	BACLOFENO 10MG CP(COMUM)	1500	0,86	1290,00
61.	BAMIFILINA 600MG CP(COMUM)	960	1,48	1420,80
62.	BAMIFIX 300MG CP(COMUM)	1440	0,93	1339,20
63.	BENERVA 300MG CP (COMUM)	360	0,50	180,00
64.	BRILINTA 90MG CP (COMUM)	720	3,06	2203,20
65.	CALDE 600MG CP(COMUM)	1440	0,79	1137,60
66.	CARBAMAZEPINA 200MG CP (ESPECIAL)	360	0,25	90,00
67.	CARDIZEM 60MG CP (COMUM)	420	0,52	218,40
68.	CARDIZEM LIBERAÇÃO LENTA 90MG CP (COMUM)	720	1,14	820,80
69.	CARVEDILOL 25MG CP(COMUM)	1680	1,37	2301,60
70.	CILOSTAZOL 100MG CP (COMUM)	1200	0,91	1092,00
71.	CILOSTAZOL 50MG CP(COMUM)	600	0,40	240,00
72.	CIPROFIBRATO 100MG (COMUM)	360	1,65	594,00
73.	CLOMIPRAMINA 75MG SR CP (ESPECIAL)	980	2,36	2312,80
74.	CLONAZEPAM 2,5MG/ML GOTAS FR (ESPECIAL)	40	5,14	205,60
75.	CONCARDIO 5MG CP(COMUM)	720	1,27	914,40
76.	CONCERTA 54MG CP (ESPECIAL)	180	10,17	1830,60
77.	CONCERTA 18MG CP (ESPECIAL)	360	7,48	2692,80
78.	CONCOR 10MG CP(COMUM)	336	2,62	880,32
79.	CONDROFLEX 1,5/1,2G SACHE(COMUM)	210	4,60	966,00
80.	CRESTOR 10MG CP(COMUM)	2160	3,55	7668,00
81.	DAIVONEX 50MCG/G POMADA TUBO(COMUM)	48	58,79	2821,92
82.	DEPOSTERON 200MG AMPOLA (ESPECIAL)	10	9,40	94,00
83.	DEPPURA 10ML FRASCO (COMUM)	24	28,33	679,92
84.	DETRUSITOL LA 4MG CP(COMUM)	720	8,62	6206,40
85.	DIAMICRON MR 60MG CP (COMUM)	720	1,33	957,60

86.	DIGEDRAT 200MG CP(COMUM)	360	1,93	694,80
87.	DILTIAZEM 60MG CP(COMUM)	720	0,38	273,60
88.	DIMETILPOLISILOXANE COLÍRIO FRASCO(COMUM)	24	53,19	1276,56
89.	DIOSMIN 500MG CP (COMUM)	720	1,36	979,20
90.	DIOVAN 160/12,5/5MG CP(COMUM)	1008	2,92	2943,36
91.	DIOVAN 160MG CP(COMUM)	1512	2,72	4112,64
92.	DIOVAN 320/12,5MG CP(COMUM)	672	2,87	1928,64
93.	DIOVAN 320MG CP(COMUM)	2352	2,72	6397,44
94.	DIOVAN 80MG CP(COMUM)	336	2,72	913,92
95.	DIOVAN AMLO FIX 160/5MG CP(COMUM)	672	2,87	1928,64
96.	DIOVAN AMLO FIX 320/5MG CP(COMUM)	336	2,87	964,32
97.	DIOVAN HCT 160/12,5MG CP(COMUM)	1008	2,87	2892,96
98.	DIOVAN HCT 320/25MG CP(COMUM)	672	3,30	2217,60
99.	DIUPRESS 25MG CP (COMUM)	360	0,62	223,20
100.	DOLAMIN 125MG CP(COMUM)	1152	0,89	1025,28
101.	DOXAZOSINA 2MG CP (COMUM)	20000	1,54	30800,00
102.	DUO TRAVATAN COLÍRIO FRASCO (COMUM)	10	74,79	747,90
103.	EFEXOR XR 75MG CP (ESPECIAL)	1440	6,47	9316,80
104.	EXELON PATCH 10 DE 18 MG ADESIVO (ESPECIAL)	360	12,58	4528,80
105.	EXFORGE HCT 160/12,5/5MG (COMUM)	336	2,92	981,12
106.	FORASEQ 12/200MCG CPS(COMUM)	420	1,39	583,80
107.	FORASEQ 12/400MG CPS(COMUM)	1800	1,39	2502,00
108.	FOSAMAX 70MG CP(COMUM)	48	26,53	1273,44
109.	FOTOPROTETOR ISDIN FPS 65 50G BISNAGA(COMUM)	12	94,90	1138,80
110.	FRISIUM 10MG CP (ESPECIAL)	480	0,43	206,40
111.	FRONTAL XR 1MG CP(ESPECIAL)	420	1,55	651,00
112.	FRONTAL XR 2MG CP (ESPECIAL)	720	2,45	1764,00

113.	GALVUS 50MG CP(COMUM)	1680	2,46	4132,80
114.	GALVUS MET 50/1000MG CP(COMUM)	672	2,47	1659,84
115.	GALVUS MET 50/850MG CP(COMUM)	2240	2,47	5532,80
116.	GALVUS MET 50/500MG CP(COMUM)	448	2,47	1106,56
117.	GINKO BILOBA 120MG CP(COMUM)	360	1,09	392,40
118.	GLICOSAMINA 1,5G SACHE(COMUM)	360	2,76	993,60
119.	GLIFAGE 500MG CP(COMUM)	360	0,41	147,60
120.	GLIMEPIRIDA 2MG CP(COMUM)	360	0,60	216,00
121.	GLIMEPIRIDA 4MG CP(COMUM)	1080	1,28	1382,40
122.	HALDOL 5MG CP(ESPECIAL)	360	0,28	100,80
123.	HIDROXIURÉIA 500MG CP(COMUM)	600	1,53	918,00
124.	HIGROTON 25MG CP(COMUM)	294	0,37	108,78
125.	INSULINA APIDRA SOLOSTAR 100UI/ML CANETA(COMUM)	25	24,62	615,50
126.	INSULINA HUMALOG MIX 25% REFIL(COMUM)	60	32,91	1974,60
127.	INSULINA LANTUS 100UI/ML CANETAS 3ML(COMUM)	200	111,04	2220,80
128.	INSULINA LEVEMIR 100UI/ML REFIL 3ML(COMUM)	70	65,52	4586,40
129.	INSULINA LISPRO 100UI/ML CANETA 3ML(COMUM)	150	26,96	4044,00
130.	INSULINA NOVORAPID 100UI/ML CANETAS 3ML(COMUM)	120	32,20	3864,00
131.	INVEGA 6MG CP (ESPECIAL)	336	15,95	5359,20
132.	INVEGA SUSTENNA 75MG INJETÁVEL UNIDADE (ESPECIAL)	10	933,30	9333,00
133.	JANUMET 50/1.000MG CP(COMUM)	672	2,46	1653,12
134.	JANUMET 50/500MG CP(COMUM)	672	2,64	1774,08
135.	JANUMET 50/850MG CP(COMUM)	672	2,65	1780,80
136.	LACTULOSE 667MG/ML XAROPE 120ML FR(COMUM)	400	25,48	10192,00
137.	LAMICTAL DISPERSÍVEL 200MG CP(ESPECIAL)	720	3,68	2649,60
138.	LAMOTRIGINA 100MG CP(ESPECIAL)	330	2,12	699,60
139.	LEPONEX 100MG CP(ESPECIAL)	720	5,36	3859,20

140.	LESCOL XL 80MG CP(COMUM)	360	3,55	1278,00
141.	LIPITOR 40MG CP(COMUM)	360	6,76	2433,60
142.	LOPERAMIDA 2MG CP (COMUM)	1440	0,44	633,60
143.	LORAX 2MG CP (ESPECIAL)	360	0,66	237,60
144.	LOTAR 2,5/50MG CP(COMUM)	360	1,15	414,00
145.	LYRICA 75MG CP (ESPECIAL)	2408	2,78	6694,24
146.	MARCOUMAR 3MG CP (COMUM)	300	0,25	75,00
147.	MAREVAN 2,5MG CP (COMUM)	360	0,24	86,40
148.	MEMANTINA 10MG CP (ESPECIAL)	1080	1,68	1814,40
149.	MESACOL 500 CP (COMUM)	360	4,28	1540,80
150.	METOTREXATO 50MG/2ML INJETÁVEL AMPOLA (ESPECIAL)	24	24,70	592,80
151.	MICARDIS HCT 40/12,5MG CP(COMUM)	360	2,78	1000,80
152.	MICARDIS HCT 80/12,5MG CP(COMUM)	360	3,10	1116,00
153.	MINILAX BISNAGAS (COMUM)	70	3,04	212,80
154.	MOMETASONA 400MCG PÓ INALANTE CPS(COMUM)	720	1,49	1072,80
155.	MONOCORDIL 20MG CP (COMUM)	720	0,28	201,60
156.	NAPRIX 5MG CP(COMUM)	120	1,07	128,40
157.	NEBILET 5MG CP(COMUM)	1008	2,16	2177,28
158.	NIMODIPINO 30MG CP(COMUM)	720	1,29	928,80
159.	OLANZAPINA 2,5MG CP (ESPECIAL)	336	1,05	352,80
160.	ONBRIZE 150MG CP (COMUM)	360	2,68	964,80
161.	ONBRIZE 300MG CP (COMUM)	360	2,68	964,80
162.	OSCAL D CP (COMUM)	840	0,79	663,60
163.	OXCARBAMAZEPINA 300MG CP (COMUM)	240	0,73	175,20
164.	PAROXETINA 10MG CP (ESPECIAL)	720	1,31	943,20
165.	PENICILIAMINA 250MG CP(COMUM)	1200	3,22	3864,00
166.	PERDFORT 1% FRASCO(COMUM)	20	24,48	489,60

167.	PERMANGANATO DE POTÁSSIO 100MG (COMUM)	360	0,25	90,00
168.	PRADAXA 110MG CP(COMUM)	90	2,82	253,80
169.	PROTOPIC 0,1% POMADA TUBO (COMUM)	36	86,63	3118,68
170.	PROTOS GRANULADOS SACHÊS (COMUM)	364	4,21	1532,44
171.	RAMIPRIL 2,5MG CP (COMUM)	720	0,96	691,20
172.	RAMIPRIL 5MG CP (COMUM)	180	1,80	324,00
173.	RANITIDINA 150MG CP (COMUM)	720	0,47	338,40
174.	RELESTAT 0,5MG/ML SOL. OFTÁLMICA 10ML FR(COMUM)	12	70,92	851,04
175.	RETEMIC 5MG CP(COMUM)	360	0,65	234,00
176.	RETEMIC UD 10MG(COMUM)	360	1,94	698,40
177.	RITALINA LA 30MG CP (ESPECIAL)	1080	5,50	5940,00
178.	RIVAROXABAN 20MG CP (COMUM)	1344	5,65	7593,60
179.	RIVASTIGMINA 4,5MG CP (ESPECIAL)	672	3,97	2667,84
180.	RIVOTRIL 0,25MG sublingual CP (ESPECIAL)	360	0,12	43,20
181.	RIVOTRIL 0,5MG CP (ESPECIAL)	420	0,24	100,80
182.	SERETIDE DISKUS 50/250MCG CAIXAS (COMUM)	12	66,38	796,56
183.	SEROQUEL 300MG CP(ESPECIAL)	360	21,76	7833,60
184.	SEROQUEL XRO 300MG CP(ESPECIAL)	720	21,76	15667,20
185.	SOMALGIN 200MG CP(COMUM)	384	0,57	218,88
186.	SOMALGIN CARDIO 100MG CP(COMUM)	1152	0,38	437,76
187.	SOMALGIN CARDIO 81MG CP(COMUM)	384	0,22	84,48
188.	SORCAL 890MG/G SACHÊ(COMUM)	720	15,60	11232,00
189.	SOTACOR 120MG CP (COMUM)	720	1,73	1245,60
190.	SPIRIVA RESPIMAT 2,5MCG/DOSE FR (COMUM)	10	209,91	2099,10
191.	SUSTRATE 10MG CP(COMUM)	900	0,31	279,00
192.	SYNTHROID 75MG CP(COMUM)	360	0,70	252,00
193.	SYSTANE LUBRIFICANTE OCULAR FRASCO(COMUM)	12	25,64	307,68

194.	TAPAZOL 5MG CP(COMUM)	300	0,16	48,00
195.	TAPAZOL 10MG CP (COMUM)	720	0,31	223,20
196.	TEUTOVIT 400MG CP (COMUM)	1080	0,67	723,60
197.	TEOLONG 200MG CP(COMUM)	720	0,56	403,20
198.	TOPIRAMATO 25MG CP (ESPECIAL)	420	0,75	315,00
199.	TRILEPTAL 600MG CP(ESPECIAL)	420	2,85	1197,00
200.	VECASTEN CP (COMUM)	360	1,97	709,20
201.	VENALOT H CREME TUBO 240ML (COMUM)	20	27,57	551,40
202.	VICTOZA 6MG/ML COM 2 SISTEMAS DE APLI CAIXAS(COMUM)	20	301,86	6037,20
203.	VIGAMOX 1% FRASCO(COMUM)	10	22,38	223,80
204.	VITALUX PLUS CP(COMUM)	480	2,92	1401,60
205.	VONAU 8MG CP(COMUM)	420	3,83	1608,60
206.	VYTORIN 10/20MG CP(COMUM)	2688	2,79	7499,52
207.	WELLBUTRIN XL 150MG CP(ESPECIAL)	420	2,47	1037,40
MEDICAMENTOS UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO 24H				
208.	Acetato de Dexametasona 2 mg/ml ampola 1ml (comum)	5000	2,35	11750,00
209.	Adrenalina 1mg/ml ampola 1ml (especial)	1000	2,60	2600,00
210.	Água destilada ampola plástica transparente 20 ml ampola (comum)	3000	0,50	1500,00
211.	Água destilada ampola plástica transparente 5ml ampola (comum)	7000	0,48	3360,00
212.	Benzilpenicilina 1.200.000UI Fr ampola (especial)	4000	9,00	36000,00
213.	Benzilpenicilina 600.000UI Fr ampola (especial)	3000	9,00	27000,00
214.	Benzilpenicilina procaína 400.000ui + benzilpenicilina potássica 100.000Uifr ampola (especial)	2000	7,29	14580,00
215.	Bicarbonato de sódio 8,4% ampola 10ml (comum)	200	1,29	258,00
216.	Bissulfito Clopidogrel 75 mg cp (comum)	1000	1,63	1630,00
217.	Brometo Ipratrópio 0,25mg/ml sol. inal.frs. c/20ml (comum)	500	3,62	1810,00
218.	Bromidrato de Fenoterol 5mg/ml sol.inal.frs. c/20ml (comum)	500	3,00	1500,00

219.	Butilbrometo de Escopolamina 4mg + dipirona sódica 500mg/ml ampola 5ml (comum)	5000	3,53	17650,00
220.	Citrato de Fentanila 50mcg/ml 5ml (especial)	100	6,81	681,00
221.	Clonidina 0,100mg cp (comum)	500	0,14	70,00
222.	Clonidina 0,150mg cp (comum)	500	0,17	85,00
223.	Cloreto de potássio 10% ampola 10ml (comum)	50	0,50	25,00
224.	Cloreto de sódio 20% ampola 10ml (comum)	50	0,50	25,00
225.	Cloridrato de Amiodarona 50mg/ml ampola 3ml (comum)	750	3,10	2325,00
226.	Cloridrato de Clorpromazina 5mg/ml ampola 5ml (especial)	200	1,58	316,00
227.	Cloridrato de Etilefrina 10mg/ml ampola 1ml (especial)	500	0,90	450,00
228.	Cloridrato de Metoclopramida 5mg/ml ampola 1ml (comum)	13000	1,10	14300,00
229.	Cloridrato de Oximetazolina 0,25mg/ml solução nasal pediátrico frasco 10ml	50	5,43	271,50
230.	Cloridrato de Oximetazolina 0,5mg/ml solução nasal adulto frasco 10ml (comum)	50	3,04	152,00
231.	Cloridrato de Prometazina 25mg/ml ampola 2ml (comum)	10000	2,75	27500,00
232.	Cloridrato de Tiamina 50mg/ml 2ml (comum)	200	2,63	526,00
233.	Cloridrato de Tramadol 50mg/ml ampola 1ml (especial)	5000	9,86	49300,00
234.	colagenase 0,6u/g + cloranfenicol 10mg pomada 30g (Especial)	250	27,79	6947,50
235.	Deslanosídeo 0,2mg/ml ampola 2ml (comum)	200	1,19	238,00
236.	Dimenidrato 30 mg + piridoxina 50mg + glicose 1000mg + frutose 1000mg/ml ampola 10mL (comum)	2000	2,08	4160,00
237.	Dimenidrato 50 mg + piridoxina 50mg/ml ampola 1ml (comum)	3000	1,52	4560,00
238.	Dipirona 750mg + Cloridrato de Adifenina 25mg + Cloridrato de Prometazina 25mg / ampola 2ml (comum)	10000	1,20	12000,00
239.	Dipropionato de Betametasona 5mg + Fosfato Dissódico de Betametasona 2mg/ml ampola 1ml (comum)	200	7,27	1454,00
240.	Dobutamina 12,5mg/ml ampola 20ml (comum)	50	6,38	319,00
241.	Enoxiparina sódica 40mg/0,4ml ampola de 0,4ml (comum)	50	35,78	1789,00

242.	Fenitoína ampola 50mg/ml ampola de 5ml (especial)	200	1,36	272,00
243.	Fenobarbital 100mg/ml ampola 2ml (especial)	200	1,65	330,00
244.	Fitomenadiona IM 10mg/ml ampola 1ml (comum)	500	0,89	445,00
245.	Flumazenil 0,1mg/ml ampola 5ml (comum)	100	45,00	4500,00
246.	Glicose 50% ampola de 10ml (comum)	3000	0,54	1620,00
247.	Gluconato de Cálcio 10% ampola de 10ml (comum)	50	1,40	70,00
248.	Heparina 5.000UI frasco ampola de 5ml (comum)	50	14,00	700,00
249.	Lidocaína spray 10% tubo 50ml (comum)	200	89,50	17900,00
250.	Lidocaína 2 % c/ vasoconstritor ampola 20ml (comum)	200	5,60	1120,00
251.	Loção oleosa a base de ácidos graxos 100ml (comum)	550	29,11	16010,50
252.	Metildopa 500mg cp (comum)	500	0,47	235,00
253.	Midazolam 5mg/ml ampola 5ml (especial)	200	5,32	1064,00
254.	Nifedipino 20mg retard cp (comum)	500	0,44	220,00
255.	nitroprusseto de sódio 25mg/ml ampola 2ml (comum)	20	15,00	300,00
256.	Omeprazol 40mg injetável frasco ampola (comum)	3000	8,00	24000,00
257.	Pomada oftálmica de Acetato de Retinol 10.000UI + Aminoácidos 25mg + Metionina 5mg + Cloranfenicol (especial)	50	11,28	564,00
258.	Solução de Glicose 10% frasco ou Bolsa sistema fechado de 500ml (comum)	100	3,10	310,00
259.	Solução de Manitol 20% frasco ou bolsa sistema fechado 250ml (comum)	50	4,50	225,00
260.	Solução de Ringer com Lactato frasco ou bolsa sistema fechado 500ml (comum)	300	3,00	900,00
261.	Solução oftálmica anestésica de Cloridrato de Tetracaína 10mg/ml e Cloridrato de Fenilefrina frasco 10ml (especial)	50	5,79	289,50

262.	Solução oftálmica de Dexametasona 0,001mg/ml frasco 5 ml (comum)	50	4,77	238,50
263.	Solução oftálmica lubrificante de dextrana 70 0,001g/ml + hipromelose 0,003g/ml frasco 15ml (comum)	50	16,46	823,00
264.	Sulfato de Atropina 0,25mg/ml ampola 1ml (especial)	120	1,20	144,00
265.	Sulfato de Atropina 0,50mg/ml ampola 1ml (especial)	300	1,50	450,00
266.	Sulfato de Morfina 10mg/ml ampola 1ml (especial)	500	2,98	1490,00
267.	Sulfato de Morfina 1mg/ml ampola 2ml (especial)	1000	3,97	3970,00
268.	Sulfato de Terbutalina 0,5mg/ml ampola 1ml (comum)	1000	3,50	3500,00
269.	Vasopressina 20U/ml ampola 1ml (comum)	50	23,17	1158,50

Nome completo e assinatura do representante legal da empresa

Vide itens 4.2.1, 4.2.2, 4.3, 4.5, 4.7, 4.8 e 4.10

ANEXO II

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº . / 2015
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº /2015
CONCORRÊNCIA PÚBLICA PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº XX/2015

Aos dias do mês de do ano dois mil e treze, nas dependências do Setor de Licitações, da Prefeitura Municipal de Vacaria/RS, situado na Rua Ramiro Barcelos, nº 915, Centro, de um lado o **Município de Vacaria/RS**, CNPJ 87.866.745/0001-16, neste ato representado pelo Sr. Prefeito Municipal **ELÓI POLTRONIERI**, brasileiro, casado, pedagogo, residente e domiciliado neste Município doravante designado **GERENCIADOR DA ATA** de Registro de Preços, e, de outro, a empresa, CNPJ nº..... com sede na nº, bairro, cidade....., telefone, representada por, CPF nº, brasileiro, vencedora da concorrência pública para registro de preços supra-referido, doravante denominada **DETENTORA** da ata de registro de preços, resolvem firmar o presente instrumento, objetivando registrar os preços dos objetos do referido edital, com base na Lei 8.666/93, Lei 10.520/02 e Decreto Municipal nº 169/2011, mediante as condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1 Constituem objeto deste compromisso o registro de preços, para fornecimento pela DETENTORA da ata, ao Município de Vacaria/RS, dos produtos/serviços que tiveram o menor preço ofertado descritos no anexo I do edital (objeto/modelo para confecção da proposta), que fazem parte integrante desta ata;

1.2 Os itens que a referida DETENTORA da Ata obteve classificação, após a devida homologação e publicação pelo Sr. Prefeito Municipal foram:

- 1.2.1 – Para o item 01, valor unitário de R\$ _____, total de R\$ _____;
- 1.2.2 – Para o item 02, valor unitário de R\$ _____, total de R\$ _____;
- 1.2.3 – Para o item 03, valor unitário de R\$ _____, total de R\$ _____;
- 1.2.4 – Para o item 04, valor unitário de R\$ _____, total de R\$ _____;
- 1.2.5 – Para o item 05, valor unitário de R\$ _____, total de R\$ _____;
- 1.2.6 – Para o item 06, valor unitário de R\$ _____, total de R\$ _____;

CLÁUSULA SEGUNDA - PROCEDIMENTO

2.1 Homologado o resultado da licitação, assinada esta Ata de Registro de Preços e efetuada a publicação do respectivo extrato, caberá ao Setor de Licitações, oportunamente, contratar com o licitante vencedor/fornecedor através de nota de empenho ou mediante uma das formas hábeis disciplinadas no Artigo 62 da Lei 8.666/93, durante o período da vigência da ata e nas condições do edital.

2.2 A existência de preços registrados não obriga o Município a firmar as contratações que deles poderão advir, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios, assegurada preferência ao beneficiário do registro, em igualdade de condições.

2.3 Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, o licitante vencedor/fornecedor não poderá alegar indisponibilidade do objeto desta licitação, sob pena de lhe serem aplicadas as penalidades previstas na cláusula sétima.

2.4 A classificação será mantida durante todo o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, a partir da data de sua publicação, exceto se houver exclusão do Sistema de Registro de Preços a título de penalidade administrativa.

2.5 Compete ao Órgão Gerenciador administrar, acompanhar e fiscalizar a perfeita execução da presente Ata;

2.6 A contratada deverá, obrigatoriamente, fornecer um número de Fax ou endereço de e-mail para receber as comunicações oficiais, onde deverão constar na parte externa dos envelopes da documentação e das propostas, obrigando-se em manter, ao menos, um dos meios de comunicação operantes, sob sua inteira responsabilidade, mantendo-os atualizados, durante o período de vigência do contrato, telefone, fac-símile e endereço, comunicando ao Setor diretamente ligado ao objeto da licitação, qualquer alteração de dados. Caso ocorra dificuldade por parte da administração, em comunicar-se com a vencedora, as atas serão publicadas no site oficial do município, cujo endereço eletrônico é www.vacaria.rs.gov.br link licitações, ou no diário oficial do estado e jornal do comércio, o qual é o utilizado como jornal de grande circulação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTE DE PREÇO

3.1 Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços;

3.2 Não haverá reajuste de preços quando as aquisições/serviços não derivarem de contratos firmados que ultrapassem o período de um ano da apresentação da proposta.

3.3 O preço a ser pago à detentora da ata será o vigente na data do registro de fornecimento, independentemente da data de entrega do material;

3.4 O preço registrado poderá ser adequado pelo Setor de Licitações em função da dinâmica do mercado, com elevação ou redução de seu respectivo valor, obedecendo à seguinte metodologia:

3.5 Independentemente de solicitação da detentora, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador convocar a detentora para estabelecer o novo valor;

3.6 . O preço registrado poderá ser majorado mediante solicitação da detentora, desde que seu pedido, obrigatoriamente, tenha sido feito antes da solicitação de aquisição de material e/ou realização de serviço pelo órgão gerenciador, acompanhado de documentos que comprovem a variação de preços do mercado, tais como tabelas de fabricantes, notas fiscais de aquisição do produto acabado ou de matérias-primas, notas fiscais de compra (anteriores e atuais), reportagens, demonstração de aumento dos insumos, comprovação de aumento de impostos etc., (vide item 10.8 e seguintes);

3.7 O Órgão Gerenciador poderá decidir sobre o realinhamento dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de 30 (trinta) dias, salvo motivo de força maior devidamente justificado no Processo.

3.8 O requerimento de revisão de preço não incidirá sobre as Ordens de Fornecimento/Serviço já emitidas antes da data de seu protocolo junto ao Município.

3.9 Durante o período de análise do pedido de revisão de preço, o licitante será obrigado a efetuar as entregas/serviços relativos às Ordens de Fornecimento/Serviço já emitidos, cumprindo os prazos, condições e valores estipulados na Ata de Registro de Preços, sob pena de aplicação das penalidades previstas na cláusula sétima independente de multa.

3.10 No caso de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente estabelecido, o Órgão Gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação;

3.11 Na ocorrência do preço registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o Setor de Licitações notificará o fornecedor, com o primeiro menor preço registrado para o item/lote, visando à negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações;

3.12 Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, a Administração formalmente desonerará o fornecedor em relação ao item ou lote e cancelará o seu Registro;

3.13 Simultaneamente, procederá a convocação dos demais fornecedores registrados, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação;

3.14 Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados, e o fornecedor, não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido, poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir realinhamento de preços ou o cancelamento de seu Registro.

3.15 A comprovação, para efeitos de Realinhamento de Preços ou do pedido de Cancelamento do Registro, deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante a juntada de planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição do produto acabado ou de matérias-primas, de transporte, encargos, etc., alusivas à data da apresentação da Proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

3.16 O Realinhamento será precedido de pesquisa prévia no mercado fornecedor, Banco de Dados, Índices ou Tabelas Oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de graduar a justa remuneração do serviço ou fornecimento e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido;

3.17 Frustrada a negociação da manutenção do preço originalmente oferecido, o Órgão Gerenciador poderá:

3.18 Liberar o Detentor da Ata do compromisso assumido, sem aplicação das penalidades previstas na cláusula sétima, se confirmado a verdade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento/serviço;

3.19 Convocar os demais detentores da ata visando igual oportunidade de negociação;

3.20 Não havendo êxito nas negociações para definição de novo preço ou as licitantes não aceitarem o preço máximo a ser pago pela Administração, o Órgão Gerenciador revogará a Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

3.21 Definido o preço máximo a ser pago pela Administração, o novo preço deverá ser consignado através de apostilamento na Ata de Registro de Preços, ao qual estarão as empresas vinculadas.

3.22 As regras acerca da repactuação, quando for o caso, serão estabelecidas no Termo de Contrato, para serviços contínuos, após um ano da vigência dos contratos.

3.23 Os novos preços registrados serão verificados e publicados, quando necessário, trimestralmente na imprensa oficial do Município, para conhecimento público e orientação da Administração, verificando se os mesmos estão compatíveis com a dinâmica do mercado, devendo constar da publicação: as empresas melhores classificadas, o prazo de validade do registro e eventuais reajustes e prorrogações.

CLÁUSULA QUARTA – VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇO

4.1 O prazo de vigência da presente ata de registro de preços é de 12 (doze) meses.

CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES RECEBIMENTO, PRAZO DE ENTREGA, LOCAIS DE ENTREGA E DAS ESTIMATIVAS DE FORNECIMENTO

5.1 Para o recebimento do produto/material, objeto desta licitação, o município designa, quando não for possível o almoxarife, o (s) Secretário (s) Municipal (ais), Chefe (s) de Departamento, responsável (is) pelo (s) pedido (s) ou outro (s) expressamente designado (s) por ele (s), que fará (ão) o (s) recebimento (s) nos termos do artigo 73, inciso II (inciso I para serviços), alíneas "a" e "b", da Lei n.º 8.666/93, da seguinte forma:

a) provisoriamente, no ato de entrega do objeto, para efeito de posterior verificação da conformidade com o solicitado na licitação;

b) definitivamente, com a emissão do respectivo Termo de Recebimento, após a verificação da qualidade, quantidade e características do objeto e a consequente aceitação, no prazo máximo de 05 (cinco) dias consecutivos contados após o recebimento provisório, nos termos do subitem 11.1.a.

Obs.: Quando da verificação na forma dos itens 1.2.1 ao 1.2.20 do edital, se o material não atender às especificações solicitadas, caso não seja resolvido à troca ou substituição pelo requisitado no edital, pelo mesmo prazo da entrega (itens 3.2 e 3.3), serão aplicadas as sanções previstas no item 15 do edital, previstas na cláusula sétima desta ata.

DO PRAZO E LOCAIS DE ENTREGA

5.2 **A entrega dos produtos/materiais deverá ser de no máximo 10 (dez) dias**, após o recebimento do empenho e/ou da data de assinatura da Autorização de Fornecimento (ou instrumento equivalente), nos locais designados nos mesmos, **em horário de expediente**, na forma dos itens 1.2.1 ao 1.2.20 do edital, sob pena de aplicação das penalidades do edital. Os possíveis locais de entrega são os seguintes:

a) Rua Borges de Medeiros, nº 1800, bairro Centro:
Secretaria Municipal da Saúde (Sede da Secretaria);

b) Rua Campos Sales, nº 1100, bairro Glória
Unidade de Pronto Atendimento;

c) Poderão ser entregues, conforme solicitação, em alguma unidade básica de saúde do Município.

Obs.: Conforme mencionado na cláusula 1.2.20 do edital, a entrega dos objetos não se dará em um único local, devendo o Detentor da Ata orientar as transportadoras quanto às formas e locais de entrega. Todas as entregas se darão dentro do perímetro urbano do Município em no máximo três quilômetros da sede administrativa da Secretaria, quando não for na própria, não refletindo, desta forma, em custo adicional aos produtos (vide itens 3.2 e 4.5 do edital).

5.3 **Durante o prazo de validade da ata de registro de preços o Município não fica obrigado a firmar contratações**, sendo que estas obedecerão à conveniência e às necessidades do Município, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios, assegurada preferência ao beneficiário do registro, em igualdade de condições;

5.4 Estima-se que serão solicitados pelo Município em torno de quatro etapas, ou seja, em torno de 25% (vinte e cinco por cento) do total de cada item/serviço, dentro do interregno do tempo contratual acordado, desde que o mesmo tenha sido firmado no prazo de vigência da ata de registro de preços. Neste caso a Administração não está garantindo faturamento mínimo por mês, mas sim um valor/quantidade mínima para cada pedido, de modo a evitar requisições de valores ínfimos, podendo, desde que acordado, ocorrer variações no percentual.

5.4.1 - Excepcionalmente o Município poderá solicitar a quantidade de até 50% (cinquenta por cento) do total de cada item constante na ata de registro de preços nos seguintes casos:

- a) No primeiro ou último mês de vigência da ata de registro de preços;
- b) No início de campanhas, epidemias, pandemias;
- c) Em casos de emergência ou calamidade pública, quando caracterizada a urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança, saúde e bem estar da população, etc;
- d) Em situações excepcionais imprevisíveis ou de difícil controle, onde a solicitação poderá também exceder o limite de 50% (cinquenta por cento), desde que acordado com a Detentora da Ata;

5.4.2 - Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, o licitante Detentor da Ata não poderá alegar indisponibilidade do objeto desta licitação, devendo sempre manter em estoque os bens/serviços para entregá-los/executá-los dentro do percentual estimado do item 3.4 e situações do item 5.4.1, mantendo o prazo do item 5.2. Desta forma, dentro dos padrões estabelecidos, como a apresentação da proposta implica na aceitação de todos os termos do edital, não serão aceitas desculpas como falta de matéria prima, atraso na importação ou transporte, extinção de produção, sob pena de aplicação das penalidades constantes no item 15;

5.4.3 – REPETINDO, A EMPRESA, AO PARTICIPAR DESTA CERTAME, DEVE MANTER UM PERCENTUAL MÍNIMO DE ESTOQUE DE MEDICAMENTOS, COMPATÍVEL COM O ITEM 3.4, PARA ATENDER AO MUNICÍPIO DE VACARIA, PARA EVITAR OS TRANSTORNOS QUANTO A FALTA OU ATRASO DOS MESMOS, MENCIONADOS ACIMA, DURANTE A VIGÊNCIA DA ATA, SOB PENA DE APLICAÇÃO DE PENALIDADES CONSTANTES NO ITEM 15.

CLÁUSULA SEXTA – DA FORMA DE PAGAMENTO

6.1 - Independentemente de solicitação da detentora, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador convocar a detentora para estabelecer o novo valor;

OBS.: I - Ao emitir a nota fiscal, a Detentora da Ata deverá fazer constar, Município de Vacaria/RS, além do nº do edital (Concorrência Pública de Registro de Preços nº XX/201X), a especificação do(s) item(s), nº do(s) item(s), nº do(s) empenho(s) correspondente(s), sob pena de ter de refazê-la. A mesma deverá fazer menção, na Nota Fiscal, de Insituição Bancária, Agência e Conta para os créditos oriundos do fornecimento do material. Qualquer dúvida, entrar em contato com o Setor de Pagamentos pelo fone nº (054) 3231 6415 ou, transmití - los via e-mail para o endereço eletrônico – pagamentos@vacaria.rs.gov.br.

6.2 Para fins de pagamento, a licitante vencedora, deverá informar na Nota Fiscal a Instituição Bancária, Agência e Conta para os créditos oriundos do fornecimento do material. Qualquer dúvida, entrar em contato com o Setor de Pagamentos pelo fone nº (054) 3231 6415 ou, transmití - los via e-mail para o endereço eletrônico – pagamentos@vacaria.rs.gov.br.

6.3 Para fins de homologação e empenho, o preço do lote poderá sofrer, automaticamente, uma pequena variação para menos, resultante da necessidade de ser obtido valor unitário com duas casas decimais, sendo que serão desconsideradas todas as casas posteriores à segunda.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

7.1 – ADVERTÊNCIA

A penalidade de ADVERTÊNCIA poderá ser aplicada nas seguintes hipóteses:

7.1.1 - Descumprimento das obrigações assumidas contratualmente ou na licitação, desde que não acarrete prejuízos para a entidade, independentemente da aplicação de multa moratória.

7.1.2 - Outras ocorrências que possam acarretar pequenos transtornos ao desenvolvimento dos serviços da entidade, independentemente da aplicação de multa moratória.

7.2 – MULTA

A entidade poderá aplicar à licitante ou contratada, multa moratória e multa por inexecução contratual:

A multa moratória poderá ser cobrada pelo atraso injustificado, ou execução em desacordo com o solicitado no objeto ou de prazos estipulados no Edital para os compromissos assumidos:

I - A multa moratória será de 0,50% (cinquenta centésimos por cento) por dia corrido de atraso, sobre o valor da NOTA DE EMPENHO, até o máximo de 05 (cinco) dias de atraso. Após esse prazo, poderá, também, ser rescindido o contrato e/ou imputada à licitante vencedora a pena prevista no item 7.3.

II – A multa moratória será de 0,50% (cinquenta centésimos por cento) pela entrega em desacordo com as exigências do edital, sobre o valor total da NOTA DE EMPENHO, por infração, com prazo de até 05 (cinco) dias consecutivos para a efetiva adequação. Após (duas) infrações e/ou após o prazo para adequação, poderá, também, ser rescindido o contrato e/ou imputada à licitante vencedora a pena prevista no item 7.3.

III – A multa moratória será de 10% (dez por cento), pela não regularização da documentação referente à regularidade fiscal, no prazo previsto neste edital, por parte da licitante detentora da melhor proposta, e poderá, também, ser imputada à licitante vencedora a pena prevista no item 7.3.

7.2.2 - MULTA POR INEXECUÇÃO CONTRATUAL

I - A multa por inexecução contratual poderá ser aplicada no percentual de 10% (dez por cento) ao mês, pró-rata-dia, sobre a respectiva fatura, acrescida de correção monetária e juros de 12 (doze por cento) ao ano.

II – O atraso injustificado na assinatura do contrato ou a rescisão do mesmo por culpa da contratada implicará em multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da proposta, até o máximo de 05 (cinco) dias de atraso. Após esse prazo, poderá, também, ser rescindido o contrato e/ou imputada à licitante vencedora a pena prevista no item 7.3.

7.3 – O Detentor da Ata terá seu Registro de Preços cancelado quando:

- a) Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) Não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento de contrato no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável (vide item 7.2.2, I e II);
- c) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado; e

d) Tiver presentes razões de interesse público, devidamente motivado;

7.4 - As penalidades previstas nesta Ata de Registro de Preços poderão ser aplicadas, isoladas ou cumulativamente, sem prejuízos de outras sanções cabíveis, sendo facultado a licitante o prazo de 05 (cinco) dias úteis para a apresentação de defesa prévia, na ocorrência de quaisquer das situações previstas na cláusula sétima. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente da Administração. O Detentor da Ata poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preços na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.

CLÁUSULA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1 Fica eleito o foro da comarca de Vacaria/RS para dirimir as eventuais controvérsias decorrentes do presente ajuste.

8.2 E, por assim haverem acordado, declaram ambas as partes aceitar todas as disposições estabelecidas na presente Ata que, lida e achada conforme, vai assinada por ambas, na presença de 02 (duas) testemunhas.

MUNICÍPIO DE VACARIA
CNPJ 87.866.745/0001-16
ELÓI POLTRONIERI
PREFEITO MUNICIPAL

EMPRESA:
CNPJ:

TESTEMUNHA 1
CPF:

TESTEMUNHA 2
CPF: